



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

CLEBER BICICGO

**LER O POLÍTICO NO MODO COMO SE LÊ
AS METÁFORAS DE LEITURA NO DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA**

Chapecó
2014

CLEBER BICICGO

**LER O POLÍTICO NO MODO COMO SE LÊ
AS METÁFORAS DE LEITURA NO DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, sob a orientação do Prof. Dr. Valdir Prigol.

Chapecó
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D

CEP: 89802-210

Caixa Postal 181

Bairro Jardim Itália

Chapecó - SC

Brasil

B5831

Bícigo, Cléber

Ler o político no modo como se lê as metáforas de leitura
no discurso da crítica literária / Cléber Bícigo. -- 2014.

78 f. ; il.

Orientador: Valdir Prigol.

Dissertação (mestrado) (Mestrado em Estudos
Linguísticos) - Universidade Federal da Fronteira Sul,
Chapecó - SC, 2014.

1. Metáfora. 2. Crítica literária. 3. Leitura. I. Título.
II. Valdir Prigol.

Ficha catalográfica elaborada pela Assessoria de Informação,
Conhecimento e Tecnologia – Campus Chapecó – UFFS

Aos meus pais Eloi e Silvia.

CLEBER BICICGO

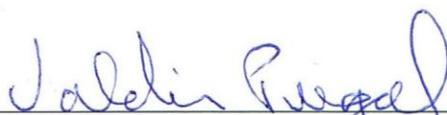
**LER O POLÍTICO NO MODO COMO SE LÊ
AS METÁFORAS DE LEITURA NO DISCURSO DA CRÍTICA LITERÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos, defendida em banca examinadora em: 25/06/2014.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Prigol

Aprovado em: 25/06/2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valdir Prigol – UFFS



Prof. Dr. José Simão da Silva Sobrinho – UFFS



Prof. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira – UFSM

Prof. Dra. Mary Neiva Surdi da Luz - UFFS

Chapecó/SC, junho de 2014.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Valdir Prigol, pela atenção, disponibilidade e confiança.

Aos Professores do PPGEL, pelas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

À Professora Dra. Verli Petri, pela generosidade e pelas contribuições teóricas.

Às colegas de curso, pelo carinho e pela ajuda nos momentos mais difíceis.

Aos colegas do Laboratório Fronteiras, pelo diálogo.

Aos colegas do projeto Ler & Educar: formação continuada de professores da rede pública de
SC, pela acolhida.

Ao Programa Observatório da Educação e CAPES, pela concessão da bolsa.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho, em especial
aos amigos (as): Denise Argenta, Maria Izabel e Tiago Hall.

“Penetra surdamente no reino das palavras”
Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A partir do conceito de metáfora e da noção de efeito metafórico fundamentados no trabalho do francês Michel Pêcheux, esta dissertação propõe analisar as metáforas de leitura no discurso da Crítica Literária, para compreender o funcionamento do político-ideológico no discurso metafórico. A disputa ideológica na produção do conhecimento, segundo Pêcheux, está na materialidade das metáforas que uma ciência usa para “compreender e se fazer compreender”. Questionando, então, as metáforas de leitura, como estão formuladas no discurso da Crítica Literária, o presente estudo leva a considerar que a constituição histórico-discursiva das metáforas não possui uma origem, e sim diferentes formas de funcionamento, conjuntamente tomadas pela disputa entre diferentes concepções de leitura. A partir desse entendimento, surgem duas considerações: a primeira é que não existe uma memória homogênea que estaria na “origem” da metáfora; a segunda é que a metáfora é produzida conforme o contexto de produção, podendo se deslocar para dentro de diferentes formações discursivas. O funcionamento do discurso metafórico marca um posicionamento político-ideológico, cujo resultado aponta para a relação entre uma prática científica e uma prática política, materializadas nas metáforas de leitura. Trata-se, dessa maneira, de um estudo que problematiza o discurso metafórico a partir do posicionamento político-ideológico que o sujeito crítico literário assume ao interpretar. Esta pesquisa traz uma contribuição importante para os estudos sobre a metáfora, na perspectiva da Análise de Discurso, além de subsidiar a própria Crítica Literária, na compreensão do processo histórico que marca as metáforas que ela usa para compreender o funcionamento dos sentidos numa obra literária.

Palavras-chave: Metáfora. Discurso. Materialidade. Crítica Literária. Leitura.

ABSTRACT

From the concept of metaphor and metaphorical effect's notion based on Michel Pêcheux's work, this dissertation proposes to examine the metaphors of reading on the discourse of literary criticism to understand the functioning of the political-ideological discourse in metaphorical discourse. The ideological struggle in the production of knowledge, according to Pêcheux, is the materiality of metaphor that a science uses "to understand and be understood". So, questioning the metaphors of reading, as they are formulated in the discourse of literary criticism, this study leads to the conclusion that historical and discursive constitution of metaphors does not have a source, but different ways of working, conjuncturally taken by the dispute between different conceptions of reading. Based on this understanding, two considerations arise: the first is that there is no homogeneous memory that would be the "origin" of metaphor; the second is that the metaphor is produced according to the context of production and can move within different discursive formations. The functioning of metaphoric discourse marks a political-ideological stance which the results points to the relationship between scientific practice and political practice, embodied in the metaphors of reading. It is, thus, a study that discusses the metaphoric discourse from the political-ideological stance that the literary critic subject assumes when he interprets. This research makes an important contribution to studies on metaphor, from the perspective of discourse analysis, in addition to supporting the literary criticism itself on understanding the historical process that marks the metaphors it uses to understand the functioning of the senses in a literary work.

Keywords: Metaphor. Discourse. Materiality. Literary Criticism. Reading.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Esquema de Ferdinand de Saussure	14
Figura 2: O efeito metafórico nos títulos dos capítulos.....	36
Figura 3: Arquivo de poemas.....	41
Figura 4: A metáfora no discurso não-verbal.....	62

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	DA METÁFORA AO EFEITO METAFÓRICO.....	13
1.1	PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO.....	13
1.2	UM NOVO CAMPO DE BATALHA.....	16
1.3	INTERPRETANDO A INTERPRETAÇÃO: GESTO TEÓRICO-POLÍTICO.....	18
1.4	AS METÁFORAS DE LEITURA DA CRÍTICA LITERÁRIA.....	23
1.5	DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE.....	27
1.6	UM CAMINHO A PERCORRER.....	31
2	UMA METÁFORA NO MEIO DO CAMINHO.....	35
2.1	PENETRAR PARA GUIAR.....	35
2.2	PENETRAR PARA LEMBRAR.....	37
2.3	PENETRAR PARA DESCOBRIR.....	41
3	LER O POLÍTICO NO MODO COMO SE LÊ.....	50
3.1	INTERDISCURSO E METÁFORA.....	50
3.2	DA RUPTURA COM O IDEALISMO DE RODAPÉ.....	51
3.3	DA NECESSIDADE DE MERGULHAR PARA DESCOBRIR.....	57
3.4	A TAREFA DO CRÍTICO É PENETRAR A OBRA?.....	61
	EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE LEITURA.....	65
	REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

O caminho mais produtivo para introduzir os objetivos desta dissertação é apresentando primeiramente a questão de pesquisa. O percurso que aqui desenho é para ligar os primeiros fios que tecem uma reflexão sobre as metáforas de leitura, mais precisamente sobre o conceito de leitura que essas metáforas praticam no discurso da Crítica Literária. A metáfora não pode ser tomada aqui como uma figura de linguagem, do ponto de vista discursivo, ela é historicamente constituída dentro de uma conjuntura teórica e ideológica. Essa proposição de pesquisa implica em uma pergunta: como o discurso metafórico leva o sujeito crítico literário a materializar uma política de leitura?

Nessa perspectiva de pesquisa o ponto de partida é compreender o funcionamento da metáfora no gesto de interpretação da Crítica Literária. Para isso abordo a noção de efeito metafórico, fundamentada nos trabalhos de Michel Pêcheux. Segundo o autor, a associação de um significante com um significado não é arbitrária, retomando Saussure, ela não se dá como na metáfora do “jogo de xadrez”, na qual cada “peça” recebe um valor por oposição às demais; para Pêcheux, só é possível dar um valor ao que já está provido de valor, sustentado por uma memória.

Dado o fato de que existe uma “memória discursiva” que orienta a produção dos sentidos, segundo Pêcheux, é no funcionamento do efeito metafórico que essa memória se mostra, os sentidos deslizam entre um significante e outro para marcar na língua a relação com o já-dito. O deslocamento do sentido vai produzindo uma rede metafórica calcada na incompletude, na contradição, nas condições de produção, nas relações imaginárias entre os sujeitos, no efeito do inconsciente e no espaço provisório das formações discursivas, manifestação de um processo muito mais amplo, a ideologia.

A base inicial sobre a qual o efeito metafórico é abordado aqui está constituída por cinco sequências discursivas recortadas do livro: *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade* (BARBOSA, 1987), escrito pela crítica Rita de Cassia Barbosa. A obra reúne 09 dos 39 poemas que compõem o livro *O amor natural* (1992), coletânea de poemas eróticos escritos por Drummond entre 1975 e 1985. O livro *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade*, apresenta a temática amorosa na obra do poeta a partir de uma metáfora de leitura. Um tipo de interpretação que faz emergir as primeiras análises, o caminho material para pensar a “memória discursiva” que sustenta a metáfora.

O livro foi escolhido pelo modo como a crítica literária lê os poemas eróticos de Drummond. Um *tipo de análise* que se constitui “a partir da *penetração* nos poemas”. Ao

empregar a palavra *penetração*, funcionando como metáfora para a leitura, instaura-se uma relação de imbricação entre uma memória do saber da Crítica Literária e os textos que ela analisa. A maneira como a metáfora vai se reinscrevendo ao longo do dizer, por deslocamentos e paráfrases, produz efeitos de sentidos como *mergulhar*, *adentrar*, *aprofundar*, que fornecem algumas pistas para compreender a dominância de uma formação discursiva, determinando o que “pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

O funcionamento do discurso metafórico constitui, assim, o objeto discursivo de pesquisa. Discursivo porque não pode ser compreendido sem o conceito de metáfora que lhe dá sustentação. Desse ponto de vista, o conceito de metáfora compreende a dependência que todo objeto de conhecimento tem em relação ao político-ideológico. É necessário adiantar que existe uma diferença importante entre o conceito de metáfora e a noção de efeito metafórico, dentro do que teoriza Michel Pêcheux. O *tipo de análise* que o sujeito assume ao se posicionar, como, por exemplo, a partir da metáfora da *penetração*, leva a considerar a relação que essa prática de leitura tem com uma política de interpretação historicamente constituída. Nesse sentido, entra em cena o conceito de metáfora. Agora, para compreender o deslize de sentidos sobre uma superfície linguística, que possibilita compreender o funcionamento da metáfora da *penetração* num determinado contexto de produção, é preciso trabalhar, então, com a noção de efeito metafórico.

Com efeito, a reiteração de um processo teórico-metodológico já cristalizado por uma certa Crítica Literária, dentro de uma certa conjuntura teórica, histórica e ideológica, parece ressoar nas metáforas utilizadas. Isso porque, segundo Orlandi, todo “o cientista está submetido à memória do seu saber” (2012b, p. 139), a materialidade discursiva dos objetos remete às filiações teórico-ideológicas historicamente constituídas. De modo que, toda a tomada de posição é uma tomada de posição em relação a x, em contraposição a y. A luta teórica não apaga os efeitos ideológicos, pois toda ciência está submetida às condições de “produção/reprodução” da luta ideológica na teoria (PÊCHEUX, 2009).

A maneira como o sujeito crítico literário apresenta o objeto de estudo traz marcada na própria constituição do objeto um posicionamento em relação às condições de produção da ciência. Metáforas como *penetrar* e *mergulhar* implicam em práticas de leitura baseadas na existência de uma região “oculta” no texto. Desse modo, o sujeito *penetra/mergulha* para chegar a um sentido guardado em algum lugar lá no fundo do texto. Uma prática na qual o sentido não está fora do texto, e sim no “fundo oculto” do próprio texto. Nesse sentido, a concepção de leitura que visa *penetrar/mergulhar* leva o sujeito crítico literário a “cavar” as camadas que adensam as “profundezas” do texto literário.

Mas vale destacar que, as hipóteses sobre o funcionamento da metáfora não atestam uma origem da “memória discursiva” que sustenta a metáfora, apenas é dado ver como um posicionamento histórico-ideológico vai se metaforizando dentro de formações discursivas diferentes. Isso porque as metáforas se deslocam e se transformam historicamente. Em consequência disso, elas mantêm relações entre o que é dito nos *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade* com um texto anterior, produzido pelo crítico literário Antonio Candido, em 1943, e que remete à imagem da capa do livro *A tarefa do crítico* (EAGLETON; BEAUMONT, 2010), esse deslocamento permite analisar o funcionamento da metáfora no discurso não-verbal, constituindo, assim, um *corpus* de pesquisa bastante heterogêneo.

A dissertação está organizada em três capítulos, os quais caminham da apresentação do problema para a análise das sequências discursivas, passando pelos procedimentos teórico-metodológicos que dão sustentação ao trabalho. No primeiro capítulo, tendo como ponto de partida a introdução do dispositivo teórico e analítico, destaca-se o funcionamento do teórico-ideológico na produção do objeto de estudo. O segundo capítulo, caracteriza-se pela dessuperficialização da superfície linguística, que permite compreender as determinações histórico-discursivas em funcionamento na língua. Por fim, no capítulo final, o objetivo é compreender as políticas de leitura, considerando o funcionamento do interdiscurso no discurso metafórico.

É deste modo que, em cada caso de aparecimento das metáforas, há uma relação com o político-ideológico, materializando a disputa pelo poder entre diferentes saberes, entremeados no funcionamento do discurso metafórico. Entre esses saberes é possível identificar algumas proposições do estruturalismo, da hermenêutica, do materialismo histórico e da própria teoria literária. Mas tudo isso, no entanto, só indica que a característica primeira da metáfora não está nessa ou naquela proposição teórica, e sim na propriedade de transportar sentidos de uma conjuntura teórica para outra, podendo se deslocar historicamente.

O resultado mais significativo deste trabalho, portanto, não está na identificação desta ou daquela política de leitura como dominante, e sim que em todas as proposições analisadas aqui o objeto de conhecimento é um objeto teórico e ideológico intrincado no funcionamento entre uma prática científica e uma prática política. Outro aspecto a ser destacado, é a importância de problematizar as metáforas “no contexto de uma obra científica” (PÊCHEUX, 2010b, p. 153). No que concerne à metáfora, no contexto científico da Crítica Literária, inicia aqui uma discussão importante tanto para a Crítica Literária quanto para a Análise de Discurso, abrindo a possibilidade de surgirem outros e mais aprofundados estudos.

CAPÍTULO 1- DA METÁFORA AO EFEITO METAFÓRICO

“O cientista está submetido à memória de seu saber” (Eni Orlandi)

1.1 PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO

A primeira tarefa desta dissertação é abrir caminho para a compreensão das bases que fundamentam o percurso teórico-analítico que será desenhado ao longo dos capítulos. Trazendo para a discussão questões sobre língua, memória, metáfora, sujeito e ideologia, inicio o presente capítulo com uma breve introdução sobre a Teoria do Discurso, formulada por Michel Pêcheux. O ponto determinante para iniciar esta reflexão está na concepção de língua e sujeito, calcada nos trabalhos do referido autor.

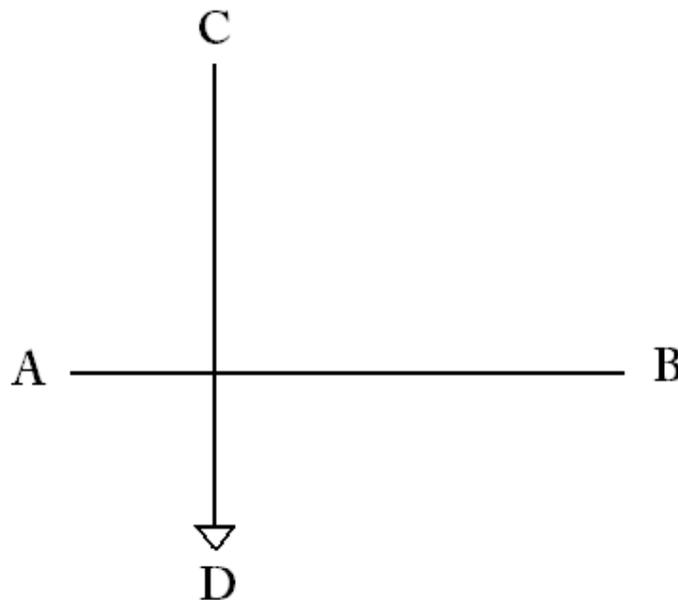
A Análise de Discurso fundada por Pêcheux, nos anos 60 do século XX, visa a compreender o sujeito, a ideologia e a língua articulados em um mesmo processo: o discurso. O autor problematiza a tradição ocidental racionalista/idealista fundamentada na ideia de que o sujeito e o sentido são evidentes, para questionar a unidade do sujeito e a transparência do sentido. Pensando a relação entre ideologia e língua pelo viés do materialismo histórico, Pêcheux busca compreender como as determinações econômicas e as lutas de classe determinam as práticas discursivas dos sujeitos, através da identificação com uma ideologia dominante e pelo recalçamento do inconsciente, deixando marcas na língua.

A conjugação da língua com a história é a base do processo que Pêcheux tem em mira analisar. A interpelação ideológica, segundo o autor, não pode ser pensada sem a língua, ela acontece na e pela língua. A partir das proposições de Ferdinand de Saussure sobre o sistema linguístico, Pêcheux aponta para um conjunto de elementos contraditórios, especificamente no que diz respeito ao corte entre língua e fala. A distinção comporta a valorização da língua enquanto sistema fechado, dado por relações entre significantes e significados, associações restritas entre elementos finitos, reunidos em dado momento de produção. A ideia de valor contribui para entender como Saussure concebe essa relação fechada entre um significante e significado. A definição de valor é apresentada por Saussure através da metáfora do jogo de xadrez. Saussure afirma que cada peça do jogo é nomeada pela posição que ocupa em relação às outras peças, onde “cada uma das quais é geradora de certa ordem de valores” (2006, p. 142). Essa metáfora apresenta a língua como um sistema de signos fechado e homogêneo,

definida por uma série de relações internas e imateriais, apartada da fala cuja referência está na exterioridade e na materialidade.

Esse pressuposto parte da comparação com outras áreas do conhecimento, como, por exemplo: a astronomia, a geologia, o direito, a economia política, etc., para mostrar que a relação dual entre a linearidade e a história existe, mas não justifica uma coexistência no interior das ciências citadas e, no caso, na própria Linguística. Diante do último exemplo, Saussure relaciona a noção de valor, para a Linguística, com a economia política e afirma: “trata-se de um sistema de equivalência entre coisas de ordens diferentes: numa, um trabalho e um salário, noutra, um significante e um significado” (2006, p. 95). A partir dessa comparação Saussure apresenta o cruzamento entre o eixo sintagmático (a língua) e o eixo paradigmático (a fala).

Figura 1: Esquema de Ferdinand de Saussure



Fonte: Saussure (2009, p. 95)

O eixo A/B serve para apresentar a linearidade da língua “de onde toda a intervenção do tempo se exclui” (SAUSSURE, 2006, p. 95). O eixo C/D penetra verticalmente o eixo horizontal para apresentar o funcionamento da história. No primeiro, os valores entre A e B são equivalentes, significado e significante se correspondem, como também no exemplo

trabalho/salário, “um campo vale na proporção do que produz” (Ibidem, p. 96). No segundo os valores se modificam, a relação significante/significado e trabalho/salário podem ser contraditórias.

Essa noção de valor (empírico, objetivo) empregado na relação trabalho/salário, na qual o operário “cede” ao patrão o valor de uso da sua força e recebe em troca o salário, é contraditória. Em *O Capital* (1996), Marx afirma que “todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria” (1996, p. 62), e dentro dessa mercadoria se encontra a contradição elementar da ideologia capitalista: o lucro. O operário recebe menos do que vale o que ele produz. O valor sintetiza as determinações históricas da luta de classes, por isso não há uma relação direta entre trabalho e salário.

A língua não está livre dessas contradições ideológicas, conforme indica Pêcheux. O discurso é o lugar onde se pode observar o efeito da ideologia na língua. Todo discurso está sujeito a absorver as contradições de sua época, inclusive na produção do conhecimento. Saussure (2006), ao apresentar a linha do seu objeto de estudo, a língua sob o eixo da linearidade e da estabilidade, se posiciona em relação às condições de produção da ciência. A centralidade do sujeito/sentido revela um idealismo, segundo o qual o sujeito pode conscientemente chegar ao real da língua, porque a língua, segundo “o ponto de vista de Saussure”, é transparente.

A negação da história nos estudos linguísticos saussurianos fez emergir no interior do sistema algo que escapa e faz falhar a “economia da língua”. É necessário destacar, mais uma vez, a relação entre significante/significado apresentada por Saussure através da metáfora do jogo de xadrez. No signo linguístico, diz Saussure, “algo escapa a nossa vontade” (2006, p. 85); Saussure percebia (por mais que o contrário apareça com mais frequência) que na combinação significante e significado há tropeços e equívocos, o sujeito não é totalmente consciente de si, e nem dos sentidos que produz.

Diante da metáfora do jogo de xadrez, Gadet e Pêcheux se dão conta “do equívoco do associativo e da metáfora” (2004, p. 59). Por efeito metafórico, no “jogo da língua”, uma “peça” pode ocupar o lugar de outra, produzindo efeitos de sentidos. A Teoria do Discurso faz pensar a forma material (contraditória) da língua, nos processos discursivos de produção dos sentidos. A relação não transparente entre língua e ideologia requer procedimentos analíticos que abram caminho para compreender a espessura semântica do dizer. A partir dessas questões Pêcheux trava uma batalha contra o idealismo praticado na Linguística, opondo-se à

fixidez do sentido e à transparência da linguagem, posta no conceito saussuriano de valor, introduzindo nos estudos linguísticos uma análise materialista.

1.2 UM NOVO CAMPO DE BATALHA

Para pensar o discursivo fora do empirismo e do idealismo que permeiam a linguística saussuriana, Pêcheux encontra em Louis Althusser uma base epistemológica sobre a qual produzirá suas primeiras proposições sobre a Teoria do Discurso. Filósofo de vertente marxista, Althusser afirma que “os linguistas e todos aqueles que recorem à linguística com diferentes fins, tropeçam frequentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos” (1985, p. 94). Desse encontro com Althusser nasce uma fértil reflexão sobre a produção do conhecimento combinada com uma prática política e ideológica.

Em toda a proposição emergem relações não explícitas com outros dizeres, pois sob esse dizer existe um vão, retomando Althusser, um “fundo duplo” que invade o dito sob a forma de uma rede de associações. Isso ocorre pelo efeito de evidência do sentido, condição para a constituição do sentido em relação com o sujeito, entra aí, então, uma segunda articulação, a evidência do sujeito. Segundo Althusser,

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado (portanto inclusive as evidências das transparências da linguagem), a evidência de que eu e você somos sujeitos – e até aí que não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985, p. 94)

O desenvolvimento da questão do sujeito, em Pêcheux, parte da tese de Althusser de que “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (Ibidem, p. 93). A posição que o sujeito ocupa em determinadas condições de produção, segundo Althusser, constitui a forma-sujeito do discurso que, por sua vez, é diferente do indivíduo empírico. Em outras palavras, “não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que os homens se representam na ideologia, mas é a relação dos homens com essas condições de existência” (Ibidem, p. 81). A noção de sujeito depende da materialidade, suas práticas “são reguladas por rituais em que elas se inscrevem no seio da existência material” (Ibidem, p. 87).

Pêcheux elabora uma Teoria do Discurso cuja força está na noção de sujeito e sentido como formas intercambiáveis, produtos de uma dupla articulação. De acordo com o autor, o sujeito é produzido pelas relações sociais, jurídicas e ideológicas sob a “forma-sujeito”, entendido como a posição que o sujeito ocupa em determinado contexto sócio-histórico, marcado como forma imaginária, que depende do reconhecimento social, nas relações cotidianas entre os sujeitos. Do mesmo modo, o sentido possui um caráter polivalente, que é mascarado pela ilusão de transparência da linguagem. Pêcheux apresenta duas teses que tentam compreender essa dupla articulação.

Na primeira tese, Pêcheux afirma que “*as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (2009, p. 146-147, grifos do autor). As palavras não possuem um sentido em si, as palavras, as expressões, as proposições recebem seus sentidos das formações discursivas com as quais o sujeito se identifica. A introdução da noção de formação discursiva vem de Michel Foucault. O autor define formação discursiva como uma “dispersão de discursos” formados por elementos que não possuem uma ligação direta entre si. Para Foucault sempre que se puder descrever “entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão [...] diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*” (2008, p. 43, grifos do autor).

Em Pêcheux, a noção de formação discursiva é tomada pela perspectiva do materialismo histórico, trabalhando por meio de contradições, como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (2009, p. 147). Desse modo, segundo o autor, as palavras não possuem um sentido transparente, o sentido é constituído no interior de uma formação discursiva.

De acordo com Pêcheux, toda formação discursiva dissimula pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito “ao todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das Formações Ideológicas” (2009, p. 148-149). Esse *todo complexo com dominante*, Pêcheux chama de interdiscurso, algo que fala “sempre antes, em outro lugar, independentemente” (Ibidem, p. 149). É na ilusão da transparência do sentido, própria de toda formação discursiva, que o interdiscurso trabalha.

As formações ideológicas “interpelam indivíduos em sujeitos” através do interdiscurso. Tudo aquilo que fala antes, em outro lugar, é mobilizado pela memória discursiva, mas o sujeito não tem controle sobre ela. O interdiscurso se constitui como esquecimento. Nesse sentido, os traços daquilo que o determina se manifestam na língua, é no

“fio do discurso” que o interdiscurso emerge. Dito de outra forma, é no intradiscurso que a forma sujeito “tende a absorver-esquecer o Interdiscurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 154).

O funcionamento da história na língua é apresentado pelo atravessamento do eixo do interdiscurso no eixo do intradiscurso. Segundo Pêcheux, “o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’” (Ibidem, loc. cit.). Para Courtine (2009), o interdiscurso é um processo de reconstituição produzido pela relação do discurso com a exterioridade, que envolve a repetição e o esquecimento.

A materialidade discursiva, na concepção de Pêcheux, resulta dessa relação constitutiva que “enquanto nível de existência sócio-histórica, que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete às condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos)” (2012b, p. 152). Os objetos a conhecer são, segundo o autor, “indissociáveis dos efeitos metafóricos” (Ibidem, p. 154). O que leva a distinguir, o mais claramente possível, a diferença entre as implicações de uma abordagem sobre o efeito metafórico na formulação de um objeto, e o que vem a ser a materialidade discursiva que o conceito de metáfora carrega enquanto “objeto ideológico”.

Nesta breve apresentação da Teoria do Discurso alguns pressupostos importantes pouco a pouco vão ganhando corpo, justamente para dar apoio ao que este trabalho se propõe compreender. As metáforas de leitura não podem ser compreendidas, na perspectiva teórica que este trabalho se filia, sem o conceito de metáfora. Por outro lado, só é possível observar o trabalho da metáfora a partir da noção de efeito metafórico, segundo a qual é dado compreender o funcionamento dos deslizamentos de sentidos na superfície linguística. Da relação entre o conceito de metáfora e a noção de efeito metafórico decorre o fato de que os efeitos de sentidos não acontecem de modo aleatório, eles são produzidos pela interpelação ideológica que a forma-sujeito absorve. No que essa posição implica? Na próxima seção o ponto de partida é justamente determinar como o gesto de interpretação da Crítica Literária produz um discurso metafórico.

1.3 INTERPRETANDO A INTERPRETAÇÃO: GESTO TEÓRICO-POLÍTICO

A interpretação é um processo de “intervenção” no mundo, segundo Orlandi, praticada “por sujeitos que ocupam certas posições na relação com este processo de significação” (2010, p. 10). Historicamente, a divisão social do trabalho de leitura é

organizada por sujeitos “autorizados” a interpretar, segundo uma tradição escolar-universitária que divide as práticas de leitura entre “literária” ou “científica” (PÊCHEUX, 1994). No primeiro caso o sujeito se lança numa leitura marcada pela heterogeneidade interpretativa, no segundo há uma tentativa de homogeneizar os sentidos.

Exponho como isso pode ser analisado em relação à Crítica Literária. Enquanto disciplina de interpretação, a Crítica Literária busca atribuir sentidos para os textos que analisa. Segundo Barthes, “a função da crítica não é pois descobrir e explicar o sentido de uma obra literária, mas descrever o funcionamento do sistema produtor de significação” (2007, p. 08). Os críticos literários têm por ofício a interpretação de textos, além disso, segundo Orlandi, “os críticos fixam-lhe um sentido que é considerado o desejado (o prestigiado) para a leitura” (1996, p. 42).

O crítico é um especialista na leitura de textos literários cuja interpretação marca a relação da obra com o seu público leitor. É nesse trabalho de mediar os sentidos que as metáforas de leitura entram em cena, cristalizando processos interpretativos que reproduzem concepções políticas e ideológicas oriundas de outras condições de produção. O que se deve compreender, portanto, é como as metáforas transportam concepções de leitura que identificam o sujeito crítico literário com uma política de leitura.

É sabido, então, que a relação com a interpretação é constitutiva do trabalho do crítico literário. De acordo com o imaginário social, existe uma posição-sujeito crítico literário, identificado como o sujeito capaz de compreender os sentidos de uma obra. Essa representação imaginária do sujeito, segundo Pêcheux, resulta “de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixam de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas” (2010b, p. 85). A maneira como o crítico lê está ancorada nessa representação imaginária, ressoando também nas relações que estabelece com o jogo da linguagem literária, com a memória do saber que o precede, e com o leitor para quem escreve.

Um ponto crucial para entender como esse imaginário representa o lugar ocupado pelo crítico literário, dentro de uma formação social dada, talvez esteja nas diferentes maneiras de ler o arquivo. Pêcheux define arquivo como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (1994, p. 57). Sobre a leitura do arquivo, Pêcheux ressalta duas formas de lê-lo: uma “espontânea” que “consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras”, em outras palavras, uma “leitura literal”; e do outro lado estão os autorizados a interpretar, responsáveis por “gerir a memória coletiva”, trabalho consagrado “ao serviço de uma igreja, de um rei, de um Estado,

ou de uma empresa” (Ibidem). Diante dessas duas formas diferentes de ler o arquivo, segundo o autor, encontra-se aí o fato de que

este divórcio cultural entre o “literário” e o “científico” a respeito da leitura de arquivo não é um simples acidente: esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre (mascarando esta leitura de arquivos) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”. (Ibidem, p. 58).

A prática de leitura de textos literários, especificamente aquela realizada pela Crítica Literária, se inscreve no espaço polêmico das diferentes maneiras de ler o arquivo. O sujeito crítico está constituído no entremeio da prática científica (universitária) e a prática diletante (rodapé de jornais). A partir de uma retomada da história da Crítica Literária brasileira, segundo Rocha (2008), é possível recuperar a polêmica entre essas duas maneiras diferentes de ler. De um lado os críticos de rodapé, cujos pressupostos de leitura nunca eram questionados, por isso, sempre tomados como uma leitura literal; do outro a crítica universitária que problematizava a resistência do objeto, desenvolvendo um método de análise (científico) para compreendê-lo. Essas formas de leitura disputam terreno nas trincheiras do trabalho de interpretação dos textos literários, uma para a manutenção de um modelo de leitura dominante, a outra para legitimar um discurso emergente. Essa divisão materializa as contradições da luta ideológica no campo de batalha teórico. A forma como cada uma constrói o seu objeto de análise está submersa nessa polêmica. Posteriormente a vertente universitária ganharia a guerra, mas novas disputas passariam a ser travadas entre as diferentes concepções de leitura no interior da própria universidade.

Por essas razões é possível analisar como o objeto de conhecimento da Crítica Literária é constitutivamente um objeto ideológico. A prática de interpretação expõe o produto de uma ilusão sobre a qual se esconde o fato de que o objeto de conhecimento não é empírico, e sim construído por procedimentos teórico-conceituais que não podem ser tomados fora da luta ideológica. Por isso o gesto de interpretação é, sobretudo, um gesto teórico-ideológico sempre sujeito as determinações históricas.

A constituição do objeto de leitura faz pensar a produção do conhecimento a partir das diferentes maneiras de ler o real. Problematizando a constituição das práticas de interpretação, por meio da análise das filiações ideológicas, Pêcheux leva a compreender

como são produzidos os objetos científicos, literários, políticos, ideológicos, etc., segundo as diferentes práticas de interpretação que os constituem historicamente.

No discurso científico o sujeito assume uma posição em relação às condições de produção da ciência, filiando-se a determinadas formações discursivas. Considerando o que Pêcheux entende por formação discursiva, como sendo o que “determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 2009, p. 147), os saberes discursivos são estabelecidos nas formações discursivas nas quais o sujeito se filia, apontando para determinados procedimentos de leitura e não outros. A posição assumida em relação aos processos discursivos anteriores, em determinadas condições de produção da ciência, permite compreender a historicidade de um dado *tipo de análise*, remetendo o dizer a outros dizeres, relacionando-o com o que foi dito antes, em outros lugares.

A esse respeito é possível afirmar que a prática discursiva da Crítica Literária é sustentada por uma memória do saber. Como afirma Orlandi, “o cientista está submetido à memória do seu saber” (2012b, p. 139). Em consequência disso, por exemplo, “o real das ciências da natureza é diferente do real das ciências humanas” (Ibidem, loc. cit.). A opção por uma ou outra linha teórica marca a divisão social do trabalho de leitura, dada pela luta ideológica na teoria. Fica aí marcado também o confronto entre o teórico e o político, sobre o qual se dá o desenvolvimento das ciências. Ainda uma vez, retomando o exemplo das ciências da natureza, basta dizer que o empirismo científico no imaginário teórico-social é o procedimento mais autorizado a interpretar o “verdadeiro sentido” (SANTOS, 2006). Isso não se deve à suspeita pretensão de que esta ciência é a mais capacitada a interpretar, e sim que esse privilégio faz referência às condições de produção/reprodução de uma ciência que ideologicamente acompanha a ascensão política da burguesia.

Os *tipos de análise* constituem-se como práticas sociais, ideologicamente pautadas pelas condições de produção em uma sociedade dividida em classes. Dada a forma como essas questões afetam a produção do conhecimento, é necessário considerar as circunstâncias nas quais uma ciência constrói seu objeto. A maneira como o gesto de interpretação constitui os objetos estéticos, científicos, ideológicos, etc., é enredado por uma memória tecida no trabalho social da leitura, pelas lutas ideológicas no campo científico. As condições de produção nas quais uma ciência estabelece seu objeto, segundo Pêcheux, são um espaço de jogo entre a estabilização do saber, tentativa de achar uma origem ou uma verdade, e a transformação teórica, movimento que acompanha a mudança de posição do sujeito nas suas relações provisórias com a ideologia dominante.

Uma conjuntura teórica se constitui dentro de diferentes domínios ideológicos. De acordo com Henry, retomando Herbert (pseudônimo de Pêcheux), “toda a ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção” (HENRY, 2010, p. 15). Dito de outra forma, as teorias científicas não se dão na passagem direta entre posições ideológicas diferentes, mas se constituem sempre nos “entremeios” dessas posições. Isso indica que toda teoria científica precisa se fazer compreender a partir de um contexto científico já estabelecido, sobre o qual tome de “empréstimo” instrumentos de interpretação de outras teorias. Mas antes de transferir o instrumento, de acordo com Henry (Ibidem), ele “precisa ser reinventado”, precisa ser “apropriado” (metaforizado) pela nova teoria.

O deslocamento entre saberes responde a uma necessidade imediata para o “avanço” de uma determinada prática científica, mas também responde aos diferentes modos de assujeitamento ideológico. A forma-sujeito tende a absorver os dizeres de uma formação discursiva dominante. No entanto esse “domínio do saber discursivo” sempre se dá em relação a outros dizeres, pertencentes a outras formações discursivas. A identificação do sujeito com uma ou com várias formações discursivas se dá através do interdiscurso. Pêcheux observa que essa articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido” (2009, p. 151), e que tanto o sujeito quanto o sentido estão sempre em deriva.

Diante dessa última afirmação, é possível afirmar que, as palavras, as expressões, as proposições, ao passarem de uma formação discursiva a outra adquirem sentidos diferentes. A consequência disso, segundo Pêcheux, é que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (2012a, p. 53). O discurso que sustenta um objeto teórico é permeado por deslizamentos de sentido, pela apropriação de saberes já-formulados e a necessidade de engendrar nele um “novo” ponto de vista, forjando sobre os sentidos um “novo” sentido.

Um tipo de saber produzido entre um objeto empírico e um objeto teórico, que *o tipo de análise* ajuda a entender. Isso só pode ser observado, segundo Pêcheux, na relação entre língua e história, cruzando o campo do político com o do científico, exigindo atenção especial do analista às “metáforas que uma ciência usa para se fazer compreender” (2010b, p. 153). A metáfora é sempre “determinada pelo interdiscurso” (Idem, 2009, p. 240), nessa perspectiva “o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento” (Idem, 2012b, p. 158). O funcionamento do interdiscurso na metáfora coloca-se, então, como uma condição fundamental para pensar o processo de produção do conhecimento. Na próxima seção fixarei a atenção no conceito de metáfora para

a Análise de Discurso, enquanto dispositivo teórico de compreensão do funcionamento do interdiscurso.

1.4 AS METÁFORAS DE LEITURA DA CRÍTICA LITERÁRIA

Nos estudos literários, mais especificamente na Teoria da Literatura, o modelo de metáfora ainda é aquele estudado na Retórica e na Poética, segundo o qual, de acordo com Debois, a metáfora é encarada como figura de linguagem; ela determina a “mudança de sentido” objetivo de uma palavra para um outro figurado (1993, p. 277). Uma palavra não-metafórica é sempre tomada de antemão como unidade de referência. Nessa direção, segundo Ricoeur, o sentido de uma palavra é transportado para “ocupar o lugar de uma palavra não-metafórica” (2005, p. 35). Trata-se de uma oposição por empréstimo, de um sentido primeiro, não-metafórico, desviado do uso comum. Portanto, na Retórica e na Poética a metáfora é um efeito de estilo, decorrente dos usos “especiais” da linguagem, como, por exemplo, na poesia.

Por outro lado, em Análise de Discurso, a metáfora é tomada, segundo Pêcheux, como um “processo sócio-histórico que serve como fundamento da *‘apresentação’ (donation) de objetos para sujeitos*” (2009, p. 123, grifos do autor). O que leva a afirmar, ainda de acordo com autor, que a metáfora é “constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso” (Ibidem, p. 240). Ela mantém o conjunto de relações que sustenta os objetos teóricos, “conjunturalmente determinados enquanto objetos ideológicos” (Idem, 2012b, p. 157). O objeto a conhecer é politicamente determinado e está ligado à materialidade da metáfora. Essa proposição teórica fornece ao presente trabalho a possibilidade de compreender a constituição histórica do discurso metafórico.

O gesto de interpretação do crítico literário coloca em funcionamento concepções de leitura constituídas pela inscrição do sujeito em diferentes formações discursivas. Trabalhando com formas mais ou menos provisórias da “regionalização do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações” (ORLANDI, 2012a, p. 43). As formas de existência histórica dessa discursividade contribuem para compreender que dado discurso da Crítica Literária é historicamente estruturado. Isso implica abandonar de vez a concepção de sujeito crítico literário capaz de produzir uma “Intervenção” no sentido de uma obra, imaginário de um “sujeito mestre do sentido”, apto a forjar “modelos de leitura”; enfim para que “seja reconhecido como assujeitado ao discurso” (PÊCHEUX, 2012a, p. 156).

Ainda que inteiramente especulativo até aqui, passo rapidamente à constituição do dispositivo teórico, propriamente dito, fornecendo os principais elementos para entender o conceito de metáfora que será utilizado para compreender a materialidade das metáforas de leitura. Essa materialidade é marcada pelo *tipo de análise* que a Crítica Literária pratica.

O *tipo de análise* é determinado pela concepção de leitura que orienta o trabalho da Crítica Literária, cujas filiações teórico-ideológicas, historicamente constituídas, são estruturadas conforme as expressões que servem de suporte para o gesto de interpretação. No campo da história das ciências, as metáforas transitam entre uma ciência e outra produzindo sentidos diferentes. Segundo Pêcheux, quando um novo discurso científico se instaura “ele empresta às ciências já existentes” os meios pelos quais deve ocorrer a “ruptura epistemológica”, “cuja interação engendra, em certas condições, um novo processo que subverte as regras de ocorrência que regem o discurso anterior” (2010b, p. 153). A construção do objeto de conhecimento, em determinada conjuntura histórica, está ancorada nas metáforas que uma ciência usa. Nesse sentido, segundo Pêcheux,

O estudo dos processos aos quais uma ciência faz empréstimos, que ela usa como metáforas para compreender e para se fazer compreender, no “contexto de uma obra científica” – a constelação dos processos discursivos com os quais ela debate – aquele enfim da “difusão” dos conhecimentos em um sistema de representações pré-científicas, colocam uma série de problemas que o tipo de análise contribuiria, talvez, para resolver. (Ibidem, loc. cit.).

Nessa perspectiva a metáfora materializa uma memória sócio-histórica “que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as ‘mentalidades’ de uma época, mas que remete as condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2012b, p. 151-152). O *tipo de análise* que a metáfora produz se dá pelo funcionamento do interdiscurso, como salienta Pêcheux, “longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento” (2012b, p. 158). O funcionamento do interdiscurso na metáfora coloca-se, então, como uma condição fundamental para pensar o processo de produção do conhecimento. O conceito de metáfora no espaço da história das ciências remete à materialidade discursiva dos objetos. Para Pêcheux “as teorias científicas não se desenvolvem nunca no espaço puro do discurso

lógico, mas se estabelecem sempre sobre uma rede metafórica que lhes serve de apoio” (Ibidem, p. 154). Os objetos, de acordo com o autor, são apresentados por meio de metáforas.

a concepção do processo de *metáfora* como processo sócio-histórico que serve como fundamento da ‘*apresentação*’ (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado ‘natural’, literalmente *pré-social* e *pré-histórico*. (PÊCHEUX, 2009, p. 123, grifos do autor).

Essa concepção discursiva de metáfora leva a considerar o processo de constituição do objeto de estudo no campo da Crítica Literária. A escrita da crítica em rodapés de jornais, em revistas especializadas, nas orelhas dos livros, tem por ofício o trabalho de *apresentar* uma obra para leitores, empregando proposições, expressões, posicionamentos, etc., que indicam uma prática de leitura. Apesar da dimensão singular (do ponto de vista), da “subjetividade produtora de discurso”, o discurso metafórico leva a considerar as “formas de existência histórica da discursividade” (Idem, 2012b, p. 156).

O sujeito crítico literário encontra-se, assim, determinado pela memória do seu saber. A apresentação do objeto de conhecimento é sempre sustentada por essa memória, determinada pela inscrição do sujeito em uma formação ideológica que o domina. Nessa perspectiva deve-se considerar como uma metáfora de leitura, funcionando na apresentação de um objeto, é estruturada segundo as filiações discursivas, respondendo a determinadas concepções de leitura, e não outras, desenvolvendo-se em uma certa conjuntura teórica e política.

A provocação, deste trabalho, está em questionar os princípios que norteiam a prática discursiva da Crítica Literária, mais especificamente pensar como o método de análise da crítica é construído historicamente. Essa questão leva a repensar as concepções de Crítica Literária, pelo menos no Brasil, dadas pela dicotomia entre os críticos de rodapé e a crítica universitária; a primeira fundada nas “impressões individuais”, com base na evidência e superficialidade dos sentidos; e a segunda instituída pela especificidade do discurso científico.

Segundo Rocha (2011), até os anos trinta, do século passado, a Crítica Literária era consagrada aos grandes escritores (canônicos) e regida por uma precária orientação intelectual que fundamentava o juízo de valor no “bom gosto”. Essa crítica “pré-científica”, denominada crítica de rodapé, cujo método era o impressionismo, entendia a escrita literária como reflexo

dos pensamentos de um autor. Em contrapartida, uma outra Crítica Literária nascia junto com as primeiras turmas de Letras da USP com o propósito de classificar e relacionar as obras com o contexto sócio-histórico, introduzindo novas práticas de leitura. Para chegar aos “sentidos” de uma obra, neste caso, o crítico deveria problematizar os princípios de aproximação e compreensão do objeto, não de qualquer modo, mas sim explicitando o *tipo de análise* proposta.

A polêmica revela o confronto entre aspectos literários, políticos e teóricos na construção de uma Crítica Literária brasileira. É importante salientar o trabalho do crítico Antonio Candido, como grande artífice da passagem de uma crítica diletante para uma crítica acadêmica. Ele foi, no contexto da crítica brasileira, o primeiro a desnaturalizar a interpretação de uma obra, ao conceber os aspectos sócio-históricos constitutivos do texto literário. A mudança de uma crítica “pré-científica” para uma crítica acadêmica resulta em novas práticas de leitura, construídas nos entremeios de duas abordagens diferentes. As novas condições sociais de produção do discurso da Crítica Literária despertaram a guerra entre partidários de uma concepção superficial de literatura (o sentido está dado no texto) e os partidários de uma dimensão profunda de literatura (o sentido está escondido no fundo do texto).

A disputa por poder, segundo Rocha, era travada nas trincheiras dos jornais com o objetivo de se chegar “ao método ‘correto’ de leitura” (2011, p. 100). Esse cenário diz muito sobre a construção da prática de interpretação, pois a compreensão que está em jogo não é a do objeto empírico, e sim a do jogo ideológico impresso na disputa pelo poder, contidos aí, também, o leitor, o autor, os meios de circulação dos textos, as instituições, etc. O deslocamento entre posições ideológicas diferentes põe em circulação um *tipo de análise* animada pela disputa no campo ideológico, estabelecendo um modo de fazer Crítica Literária diferente do que até então se fazia. Logo, surge uma dominante, na procura de definir o papel do novo crítico: o crítico literário é aquele que tem “a capacidade de penetrar a obra” (CANDIDO, 2002).

Tendo em vista essa retrospectiva, segue, então, o objetivo desse rodeio: analisar como o discurso metafórico invoca uma concepção de análise, ideologicamente dominante na prática de uma Crítica Literária do tempo presente, cujo *tipo de análise* faz ressoar na materialidade da metáfora dizeres que retomam a polêmica. O ponto de partida é a análise do discurso da crítica literária Rita de Cassia Barbosa, no livro *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade* (1987). O livro foi escolhido pelo modo como a crítica literária lê os poemas eróticos de Drummond. Um *tipo de análise* que se constitui “a partir da *penetração*

nos poemas”. Ao empregar a palavra *penetração*, funcionando como metáfora para a leitura, instaura-se uma relação de imbricação entre uma memória do saber da Crítica Literária, historicamente constituída na “polêmica” entre a crítica de rodapé e a crítica universitária, e a atualização de dizeres que retomam essa memória.

Na próxima seção apresento o dispositivo analítico, a partir dele é possível investigar o conjunto de elementos materiais que possibilitam compreender as determinações histórico-discursivas em funcionamento na língua. Esse mecanismo se caracteriza pela dessuperficialização da superfície linguística, metodologicamente empregado para chegar às determinações ideológicas que regem o processo discursivo. Por meio dessa ferramenta o analista pode compreender “as determinações que caracterizam um processo discursivo”, em um discurso empírico concreto (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 182).

1.5 DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Na introdução da metáfora como dispositivo teórico foi ressaltada a diferença entre o que significa falar de metáfora para a Crítica Literária e o que significa o conceito de metáfora para a Análise de Discurso. Agora, acrescento a esta discussão a noção de efeito metafórico. Essa noção ajuda a explicar como o efeito de sentidos estrutura o gesto de interpretação do crítico literário. O sujeito ao interpretar seleciona certas expressões (e não outras) que o identificam com uma prática de leitura, historicamente constituída. A identificação está marcada no lapso da metáfora, no equívoco da substituição de “uma palavra por outra” (PÊCHEUX, 2009, p. 277), atestando o funcionamento de uma memória discursiva. Para fazer sentido o sujeito recorre ao já-dito, ou seja, transporta dizeres de outras condições de produção para uma nova conjuntura.

Esse processo produz efeito de sentidos na língua, materializados nos deslizos, nos equívocos, que o gesto de interpretação permite compreender. O deslize de sentidos dado pelo efeito metafórico é o que introduz na Análise de Discurso a possibilidade de compreender que o discurso é um “efeito de sentidos” entre locutores (PÊCHEUX, 2010b, p. 81). Nessa perspectiva, o efeito de sentidos é constitutivo da relação entre os sujeitos discursivos.

O deslizamento do sentido é tomado aqui como uma propriedade inerente à linguagem. Segundo o que defende Pêcheux, não existe linguagem sem efeito metafórico. Para situar melhor como essa noção trabalha é necessário pensar a relação que o efeito metafórico tem com o funcionamento da linguagem em geral e com o funcionamento do inconsciente.

Sem que para tanto tenha de demorar muito tempo, dado os limites deste trabalho, é significativo trazer para esta conversa o trabalho do linguista Roman Jakobson e do psicanalista Jacques Lacan. O primeiro é responsável por deslocar a metáfora dos estudos literários para pensá-la como estruturante da linguagem em geral¹. A partir da análise da fala de sujeitos que sofrem de afasia², o linguista percebe que as palavras passam por um “desarranjo”, por conta dos distúrbios da similaridade e da contiguidade. No segundo caso, por exemplo, quando um afásico substitui “fogo” por “luz a gás”, “não apresenta nenhuma transferência deliberada de sentido” (JAKOBSON, 2010, p. 65), e sim uma ordem de equivalência. Diferentemente da noção utilizada na Retórica e na Poética, a metáfora para Jakobson é uma característica da língua, marcando a existência do simbólico na linguagem. Lacan, pensando o funcionamento do inconsciente “estruturado como uma linguagem” (2008, p. 27), contribui enormemente com esta discussão ao dizer que na relação entre significante e significado há “um deslizamento incessante do significado sobre o significante” (Idem, 1998, p. 506). Lacan questiona a linearidade do significante e diverge quanto ao argumento de que “o significante atende a função de representar o significado”, para afirmar que “nenhuma significação se sustenta a não ser pela remissão a uma outra significação” (Ibidem, p. 501). Isso acontece porque o significante é móvel, incompleto, constituído pela falta. Lacan dá atenção ao que falha no ato comunicativo, percebendo uma fissura na cadeia significante. Contudo o que cada um entende por metáfora é diferente. Para Jakobson o fato de que o processo comunicativo pode falhar não coloca como problema a falha em si, o “desarranjo” é estudado como função comunicativa. Para Lacan a metáfora “se coloca no ponto exato em que o sentido se produz no não-senso”, (Ibidem, p. 512), quando uma palavra ocupa o lugar de outra, não há relação de “equivalência”, e sim de transferência.

Feito este rápido percurso teórico, gostaria de desvencilhar-me da armadilha de tentar aproximações equivocadas entre autores da mais alta grandeza, para chegar direto ao ponto, é preciso tomar o efeito metafórico como processo constitutivo da linguagem. Em sua tese de doutorado Daltoé, dialogando com Pêcheux, diz que “o modo de funcionamento de todo sentido existe *exclusivamente* nas relações de metáfora” (2011, p. 32, grifo meu). E fazendo referência à poesia, ressalta que “a metáfora não é o *domingo*, a folga do pensamento, mas é a condição de existência da língua em todos os seus usos – *em todos os dias da semana*” (Ibidem, p. 33, grifos da autora).

¹ Jakobson desloca a noção de metáfora da Retórica e da Poética para pensá-la para além do espaço limitado à poesia.

² A afasia produz diferentes distúrbios na comunicação verbal, causados por lesões neurais (DUBOIS, 1993, p. 27).

Nessa concepção, a metáfora não é uma questão de estilo, o deslize entre um significante e outro não se dá de forma aleatória, para Pêcheux essa relação acontece por uma ordem do discurso, uma rede de associações não transparentes que sustenta o dizer. A esse caráter oscilante do significante Pêcheux chama de efeito metafórico (2010b). Nas palavras do autor “chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (Ibidem, p. 96); quando um significante desliza para o lugar de outro significante, ele mantém uma relação de interdependência, pois o “deslizamento do sentido entre x e y é constitutivo do sentido de x e y” (Ibidem, loc. cit.).

Isso implica que “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis” (Idem, 2012a, p. 53). Nessa perspectiva, as palavras, as proposições, as expressões, dadas por efeito metafórico, deslocam-se em função de um contexto discursivo definido, “cujo efeito é manter uma ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto” (Idem, 2010b, p. 97). Esse deslocamento apresenta os meios para compreender o funcionamento do gesto de interpretação da Crítica Literária.

A partir de uma análise do efeito metafórico será possível compreender como os deslizamentos de sentido são determinados por esta ou aquela formação discursiva. Contudo não são todos os efeitos contidos no material empírico que serão analisados, apenas aqueles pertinentes ao foco de análise, escolhido para esta dissertação, em torno do qual se efetuam os deslocamentos concernentes ao que tenho nomeado como discurso metafórico. O conjunto desses elementos pertence a uma mesma rede interfrástica de sequências sintáticas, “em geral, ligadas uma a outra por uma série de efeitos metafóricos” (Ibidem, p. 99), formando famílias parafrásticas, segundo as quais se constituem como atualizações de uma formação discursiva.

a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito. (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 166-167).

Todo o dizer está submetido ao já-dito, mas o sujeito conserva a ilusão de controlar os sentidos, as retomadas são um modo de preservar essa insuspeitada unidade. Levando adiante o que já foi afirmado anteriormente, o sujeito não é a fonte do sentido e o dizer possui historicidade “representada justamente pelos deslizamentos (paráfrase) que instalam o dizer no jogo

das diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2012b, p. 81). Esse deslize é a própria condição para que a interpretação aconteça.

O crítico literário se constitui enquanto sujeito discursivo pelo assujeitamento aos saberes que o precedem, por “processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção)” (PÊCHEUX, 2010b, p. 85), mas que permanecem em si esquecidos. Pêcheux chama a atenção para dois tipos de esquecimento no discurso. No esquecimento nº II “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (Idem, 2009, p. 161). O esquecimento nº II é o esquecimento enunciativo, quando o sujeito “escolhe” esta ou aquela palavra está deixando de dizer outras, isso produz a ilusão de referencialidade entre pensamento e mundo.

O esquecimento nº I é responsável por ocultar a interpelação do indivíduo em sujeito, funcionando pelo inconsciente e movido pelo ideológico. O sujeito tem a impressão de ser a fonte do dizer, “eu sei o que estou dizendo, eu sei o que estou falando” (Ibidem, p. 162), mas ele esquece que sempre está retomando o já-dito. Assim, a forma sujeito do discurso disfarça “o esquecimento nº I, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº II” (Ibidem, p. 165).

É o esquecimento que faz o sujeito ter a ilusão de estar no comando dos sentidos, encobrendo dizeres já esquecidos, constitutivos do que está sendo dito. Ao entrar em um determinado domínio do dizer, o sujeito retoma essas vozes que ressoam do já-dito. Daí a tese de que o esquecimento, afetado pela ideologia e pelo inconsciente, é a condição constitutiva de todo dizer, “por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos” (ORLANDI, 2012a, p. 36).

Se os sentidos e os sujeitos apresentam-se como transparentes, trata-se de um efeito desse esquecimento. A memória manifesta-se no gesto de dar sentido ao movimento descontínuo do discurso. A eficácia do gesto de interpretação está na própria ilusão de controle dos sentidos, pois o apagamento do já-dito gera associações contraditórias no processo de interpretação dos sentidos, abrindo a possibilidade dos sentidos deslizarem. É necessário destacar que, nessa perspectiva, a leitura é sempre produzida. Existe uma relação constante com uma exterioridade. Apoiado por P. Henry, Pêcheux afirma que a relação do discurso com uma “exterioridade-anterioridade” se dá pelo efeito de pré-construído, que tem como característica “a separação fundamental entre o pensamento e o objeto de pensamento, com a pré-existência desse último” (2009, p. 93). O objeto de pensamento é produzido historicamente dentro de formações ideológicas, segundo as relações entre as formações

discursivas, enquanto regionalizações do interdiscurso, oferecendo uma via por onde é possível compreender as filiações de sentido.

Para entender como essa memória se produz no esquecimento é preciso examinar o funcionamento do efeito de sentidos na superfície linguística. Esse é o objetivo do próximo capítulo, analisar as sequências discursivas recortadas do livro: *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade*; para compreender o deslocamento do dizer no fio do discurso. Só assim, dessuperficializando a matéria significante é que será possível compreender a determinação histórico-ideológica da metáfora.

1.6 UM CAMINHO A PERCORRER

Diante do conceito de metáfora e da noção de efeito metafórico, apresento agora a organização metodológica do *corpus* de análise. Na perspectiva discursiva “um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório” que estrutura “o campo de arquivos submetidos à análise” (LÉON; PÊCHEUX, 2012, p. 165). De acordo com Orlandi, “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligados” (2012a, p. 63). Isso porque a organização do *corpus* depende do dispositivo de interpretação, assim como o dispositivo teórico está numa relação de reciprocidade com a questão e os objetivos de pesquisa.

Levando adiante essa articulação, é necessário destacar ainda que, esse processo envolve também o gesto de interpretação disposto no material empírico. Sob esse aspecto surge um duplo batimento entre o gesto do analista e o gesto do crítico. O gesto de interpretação do analista caracteriza-se por dois movimentos: a descrição e a interpretação. O gesto praticado pelo sujeito crítico literário também trabalha com a descrição e a interpretação, mas de um modo diferente do analista de discurso, o crítico é afetado pelo dispositivo ideológico. Para não cair no mesmo equívoco, segundo Orlandi, “é necessário introduzir um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa” (2012a, p. 60-61). A dificuldade estaria no fato de que, sem o dispositivo teórico, o analista acabaria por refletir nas análises o gesto de interpretação analisado.

Tendo isso em vista, que a interpretação do analista não se confunde com a do material de análise, o que interessa é compreender os efeitos de sentidos, deixando em evidência o funcionamento da ideologia na produção destes efeitos. Assim, o primeiro

procedimento metodológico é compreender como o discurso se textualiza na superfície linguística, dando atenção especial às regularidades sintáticas, para, num segundo momento, compreender que concepções de leitura o discurso metafórico põe em prática.

O primeiro movimento é no sentido de dessuperficializar o objeto empírico para chegar ao objeto discursivo, funcionando como “o resultado da transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico” (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 181). Em outras palavras, é a partir da análise do efeito metafórico que é possível chegar ao objeto discursivo. Por isso é preciso compreender o processo discursivo que reside no *tipo de análise* praticado pela metáfora, pois é a partir desse processo que se estabelecem as relações com outros dizeres, constituindo, assim, uma série de “montagens discursivas”.

Diante disso, então, o *corpus* é organizado por “montagens discursivas” com as quais, segundo Orlandi, é possível mostrar como “um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (2012a, p. 63). O *corpus* organiza as montagens “por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), de hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa” (COURTINE, 2009, p. 54), sobre o qual é possível determinar o campo discursivo de referência, funcionando, segundo o autor, como “um filtro que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado” (Ibidem, p. 55). Cada uma dessas partes é apresentada por meio de sequências discursivas. As sequências discursivas são consideradas como uma série de superfícies linguísticas dominadas por um “campo discursivo de referência” (Ibidem. p. 54).

Nessa perspectiva o *corpus* não é estável e homogêneo, não se restringe à ilusão de completude, pois o objetivo não é chegar a uma “completude” do sentido, e sim a uma multiplicidade de sentidos. No entanto, o sentido nunca pode ser qualquer um, o sentido é sempre um sentido para um sujeito, porque está filiado a determinadas formações discursivas e não a outras, segundo Orlandi, “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (2012a, p. 62).

Cada recorte está subordinado aos objetivos de pesquisa, como já foi adiantado. É o caso, então, de passar agora a cada objetivo de pesquisa, destacando sua articulação no *corpus* de análise. O primeiro objetivo norteador deste trabalho é compreender como funciona a metáfora da *penetração* nas sequências recortadas do livro: *Poemas Eróticos de Carlos Drummond de Andrade* (BARBOSA, 1987). Para trilhar esse objetivo, analiso a transferência de sentidos na formulação da metáfora, considerando pelo menos três deslizamentos de sentido: Penetrar para guiar; Penetrar para lembrar; Penetrar para desvendar. Essa dinâmica enfatiza o deslocamento da metáfora no fio do discurso por meio de paráfrases. O deslizamento de

sentidos possibilita observar a rede metafórica que dá apoio ao gesto de interpretação do sujeito crítico literário. Esses movimentos mostram o funcionamento do discurso metafórico, dando pistas sobre a concepção de leitura a qual a metáfora está filiada. Sendo esses os primeiros pontos de conexão a organizar a primeira parte do *corpus*, a base inicial de análise está constituída por cinco sequências discursivas, produzidas por um mesmo sujeito, dentro de determinadas condições históricas, sociais e ideológicas.

No movimento seguinte acrescento ao *corpus* outros dizeres, produzidos em outros espaços, apresentando relações interdiscursivas, organizadas de acordo com o segundo objetivo de pesquisa: analisar o funcionamento do interdiscurso na metáfora. Considerando, segundo Orlandi, que, “por definição, todo o discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (2012a, p. 62), as próximas sequências visam à verticalidade, a materialização de uma memória discursiva. A segunda parte do *corpus* constituiu-se, então, por três sequências discursivas.

A primeira foi recortada do texto *Notas de crítica literária – Ouverture* (2002), escrito pelo crítico Antonio Candido. Nela a metáfora da *penetração* aparece descrita como “uma capacidade elementar para o crítico”. A segunda sequência foi recortada do texto *Sobre a modernidade ou como ler um texto* (2006), escrito pelo professor Eduardo Leitão Navarro Lins. Nessa sequência, a metáfora em que ler é *mergulhar*, funciona como mediação de uma prática de leitura para alunos do ensino médio. A última sequência é composta por uma imagem recortada da capa do livro *A tarefa do crítico* (EAGLETON; BEAUMONT, 2010). É relevante destacar que a imagem é tratada aqui como gesto de interpretação, estabelecendo relações entre as outras metáforas de leitura. A imagem também possui historicidade, dada por traços, cores e formas que constituem sua materialidade.

Em cada caso analisado uma concepção de leitura é apresentada através do discurso metafórico, determinando o modo como cada sujeito interpreta. A concepção de leitura que as metáforas praticam constitui tanto o sujeito quanto os sentidos. Isso acontece porque a metáfora está filiada a uma política de leitura, que é constantemente reconfigurada, segundo as condições de aparecimento. A metáfora, ao se inscrever em uma dada formação discursiva, absorve na formulação as características do contexto no qual emerge. Porém ela não se reduz as relações contextuais, há sempre uma relação com o já-dito.

De modo a considerar esse jogo entre uma filiação política-ideológica e o deslocamento da metáfora para dentro de formações discursivas diferentes, o *corpus* foi montado para confrontar “o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas” (ORLANDI, 2012a, p. 65). O

corpus, enfim, não é um *corpus* homogêneo, ele parte da textualização do discurso em determinadas condições e é confrontado com outros dizeres.

Em consequência disso surge o terceiro e último objetivo de pesquisa: compreender as políticas de leitura que constituem o processo discursivo das metáforas de leitura no discurso da Crítica Literária. Para pensar o político no gesto de interpretação analiso a forma como o sujeito se posiciona em relação ao objeto de estudo. Seguindo esse caminho, a partir da análise de um *corpus* discursivo bastante heterogêneo, o objetivo em último caso é compreender como uma prática de leitura é historicamente constituída na luta político-ideológica travada no discurso metafórico da Crítica Literária.

CAPÍTULO 2 - UMA METÁFORA NO MEIO DO CAMINHO

“é preciso levar a sério a noção de materialidade discursiva” (Michel Pêcheux)

2.1 PENETRAR PARA GUIAR

A análise das sequências discursivas que compõem a primeira parte do *corpus* de pesquisa foi organizada para mostrar como funciona o processo discursivo do gesto de interpretação do sujeito crítico literário sobre um livro de poemas. O modo como o discurso metafórico aparece no material empírico leva a considerar pelo menos três efeitos de sentido: Penetrar para guiar; Penetrar para lembrar; Penetrar para desvendar.

Para introduzir a análise da primeira parte sou impelido a descrever brevemente a matéria significativa sobre a qual me lanço. Drummond produziu em silêncio um considerável conjunto de poemas eróticos. O poeta publicou em vida apenas 9 das 39 composições da obra *O amor natural*, coletânea de poemas eróticos escritos entre 1975 e 1985, mas que só foi publicada após a morte do poeta. Os poemas constituem um indispensável complemento para compreender o sempre “incompleto” jogo das “sete faces” de sua obra. Os poemas, até então desconhecidos do grande público, foram publicados de forma esparsa em revistas e periódicos. Para superar a dificuldade e a desordem ocasionadas pela dispersão dos textos em publicações muito diversas, a crítica literária Rita de Cassia Barbosa reúne os 9 poemas em um livro publicado no ano da morte do poeta (1987). O livro *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade* lançado pela *Série Princípios*,³ da Editora Ática, apresenta a temática amorosa “dentro” da obra do poeta.

Para a crítica literária o que tornou impossível a publicação dos poemas eróticos foi o receio do poeta em ser incompreendido pelos leitores. O processo de assimilação dos poemas eróticos, por parte do leitor, parece estar intimamente ligado ao trabalho da crítica literária ao ressaltar o estético em detrimento do pornográfico⁴.

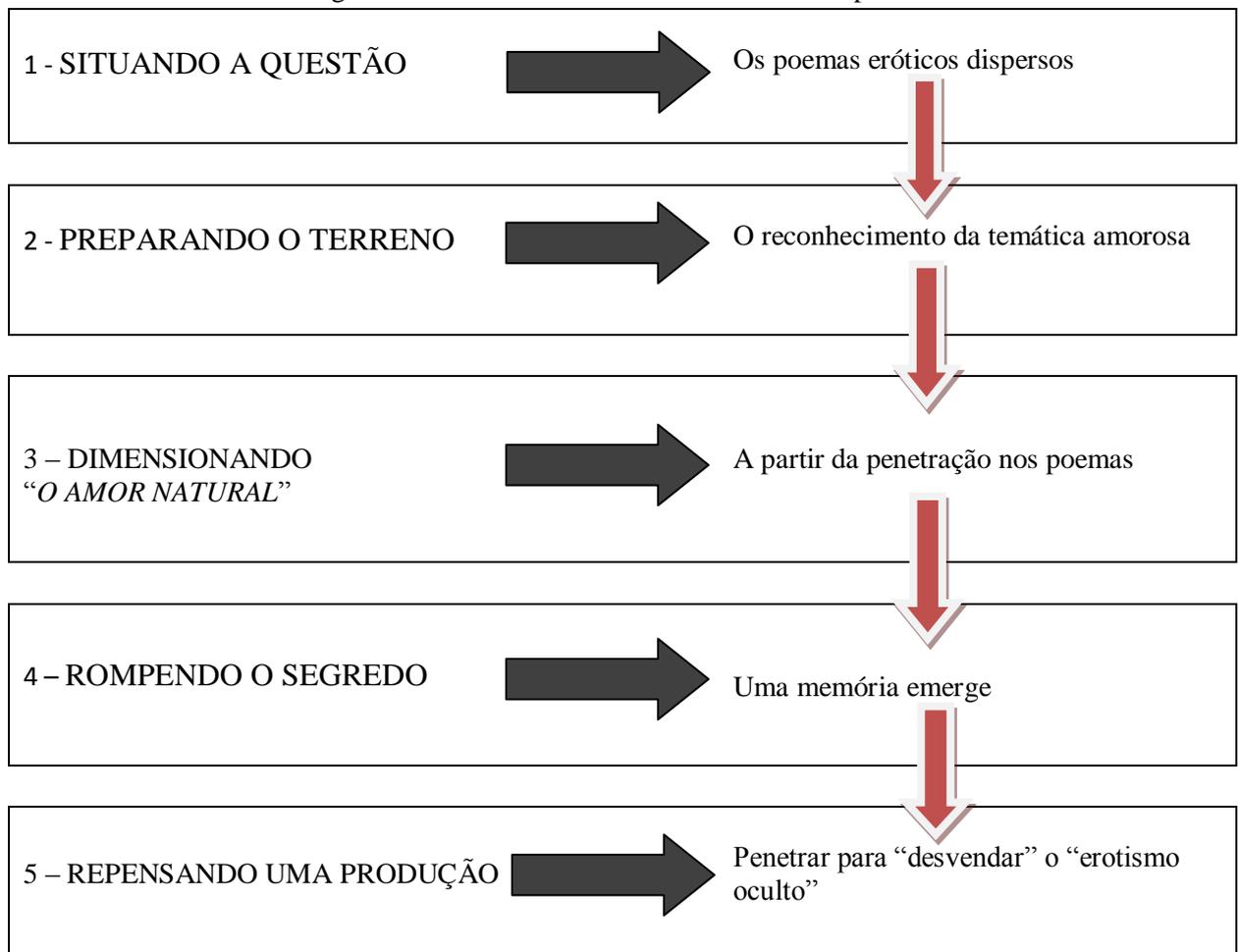
³ Na *Série Princípios* há uma projeção de leitor “aprendiz”, iniciante no mundo das Letras, que deve ser guiado por meio de uma linguagem acessível e o uso de questões-chave.

⁴ Isso leva a questionar se o objetivo do livro não seria aproximar os poemas eróticos dos leitores, desfazendo a imagem de pornografia, para destacar o trabalho com a linguagem.

Ao preparar o terreno para o leitor, a crítica busca situar o caminho que dará sustentação à tese de que a temática amorosa pode ser rastreada em toda a obra de Drummond. O esforço é no sentido de revisar a produção do autor para encontrar pistas de um “erotismo oculto”. A crítica percebe, ao acompanhar a trajetória do poeta, uma mudança de rumos na produção do autor. A partir de *Paixão Medida* (1980), *Corpo* (1984) e *Amar se Aprende Amando* (1985) o “Outro emerge” e traz consigo um eu desejanste que culminará no livro *O amor natural* (1988).

Deixando de lado o suporte teórico da psicanálise, da antropologia, da filosofia – em um livro dirigido a “princípio” para o público universitário, a crítica produz um movimento sobre a superfície dos poemas e avança de forma aderente da apresentação para a interpretação por meio de 5 movimentos: Situando a questão; Preparando o terreno; Dimensionando *O amor natural*; Rompendo o segredo; Repensando uma produção. A organização e os títulos dos capítulos parecem produzir um efeito de antecipação do gesto de interpretação.

Figura 2: O efeito metafórico nos títulos dos capítulos



Os títulos que organizam a obra parecem guiar o leitor na leitura dos poemas. O sujeito crítico literário organiza o livro ratificando uma imagem de interlocutor pré-determinada como leitor aprendiz. Desse processo, destaca-se, a antecipação do gesto de interpretação, conforme as condições de produção (o movimento insinua uma relação com o jogo da conquista amorosa) e interlocução (o leitor incipiente que precisa ser guiado). De acordo com Pêcheux, o sujeito tenta antecipar o que o interlocutor vai pensar e para disso *tirar partido*, o sujeito “experimenta o lugar do ouvinte a partir do seu próprio lugar” (2010b, p. 76). Essa antecipação é constitutiva de todo e qualquer discurso, pois cada sujeito enuncia a partir da imagem que faz de si e do outro.

Visto que a *Série Princípios* é voltada para o público iniciante, o gesto da crítica se constitui em relação à imagem de um leitor que precisa ser guiado na relação com a obra. A manifestação sugestiva do tom de um discurso que se arma, permite tecer as suas considerações críticas. A construção desse espaço prepara o leitor para entrar junto com a crítica na temática amorosa. Parte do gesto de interpretação é montar textualmente um espaço para o leitor *penetrar* o objeto de estudo.

2.2 PENETRAR PARA LEMBRAR

Passo agora a apresentação do processo discursivo que a antecipação colocou em jogo. A organização dos capítulos abre caminho para apresentar ao leitor o erotismo que, segundo a crítica, perpassa uma parte significativa da obra de Drummond. Esse objeto de estudo se desenvolve por meio de procedimentos metodológicos, segundo os quais se pretende trabalhar a partir da *penetração* nos poemas. Princípio esse que estrutura um arquivo de poemas do passado, organizados na tentativa de aproximar, relacionar e entender os poemas eróticos do presente. A seleção e a descrição dos poemas, por parte da crítica, dá visibilidade ao processo discursivo de interpretação.

A partir do capítulo 02 a organização do livro vai estruturando os primeiros poemas que serão submetidos à análise. A seção é introduzida pelo poema *Reconhecimento do amor*, publicado em *Amar se aprende amando* (1985). O poema é analisado com vistas a tecer as relações significativas que o configuram como representação poética da “transformação”, semanticamente tomada como encontro do eu com o outro. Essa “transformação”, como aponta a crítica, é o “re-conhecimento” do amor, o eu poético que encontra na palavra a possibilidade de realização do desejo.

Tendo em mira estender o gesto para chegar ao próximo poema *Nascer de novo* (1980) e de arremate *O outro emerge* (1984), voltando-se para a análise anterior, transfere sinonimicamente o elemento “transformação” para “renascimento”. As hipóteses interpretativas formuladas aparecem marcadas pela forma dos elementos que a crítica aproxima entre um poema e outro. A “transformação” de onde emerge/renasce o outro incorporado na linguagem, fruto do desejo de realização erótica, agora integra o gesto de interpretação que orienta a crítica literária na busca pelo sentido.

Interessante perceber que o funcionamento do gesto de interpretação da crítica literária joga o tempo todo com o discurso poético. A introdução do erotismo “oculto” entrelaça na descrição alguns elementos do objeto de estudo, muitas vezes mimetizando-o. A escrita da crítica literária estrutura-se nessa confluência com o poético, como, por exemplo, nessa síntese: “*Nascer de novo* é permitir a *O outro* que assuma um *Corpo*, a fim de que, por seu intermédio, se realize o *Re-conhecimento do amor*” (BARBOSA, 1987, p. 21). Cada elemento destacado corresponde ao título de um dos poemas analisados⁵.

O atravessamento de elementos do discurso poético no dizer do crítico literário é uma particularidade da constituição desse sujeito discursivo. Tais elementos produzem associações que visam explicar ou sustentar o dizer, funcionando na formulação pelo efeito do esquecimento nº II. No entanto, muitas vezes, as associações com o poético são delineadas pelo inconsciente, demarcadas pelo viés do esquecimento nº I.

Essa agitação no significante passa a se produzir no não-sentido, manifestação do “equivoco do associativo e da metáfora” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 59). Dessa maneira o “sentido é produzido no ‘non-sens’ pelo deslizamento sem origem do significante”, provocado pelo “primado da metáfora sobre o sentido” (2009, p. 277). O equivoco aparece, então, “exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 64).

É na descrição dos poemas que esse equivoco acontece, a aproximação contraditória entre os elementos deslocados dos poemas e o gesto de interpretação evoca uma metáfora de leitura, através da qual decorre a associação com um *tipo de análise* que fará frente ao posicionamento político-ideológico do sujeito crítico literário. Esse domínio envolve efeitos singulares, por meio de procedimentos que fazem pensar a noção de efeito metafórico.

⁵ O recurso de transportar elementos do discurso poético para compor a interpretação já foi visto na proposta de organização dos capítulos. Trata-se aí de um discurso imbricado no jogo entre a descrição e a interpretação.

Tomando como referência as sequências discursivas 01 e 02, é possível analisar o efeito de sentidos decorrente entre o saber que a metáfora abriga e o contexto de produção do objeto de análise. A transferência de sentidos posta na SD 01 opera sobre o sujeito como uma memória que passa a dominar a SD 02, resultando na determinação do método de leitura.

SD 01 Semanticamente, tanto os verbos sondar, inquirir, ajustar-(se) quanto a oposição “deste lado”/“do outro” lembram a **penetração** (BARBOSA, 1987, p. 18, grifo meu).

SD 02 O que se pretende é delinear e medir, a partir da **penetração** nos poemas, a representação poética de Eros em *O amor natural*. Evidentemente, não se desprezam as considerações teóricas sobre o assunto, embora elas exerçam, no caso, papel subsidiário, em função dos limites e objetivos ora delineados (BARBOSA, 1987, p. 24, grifo meu).

Na SD 01 o sujeito olha para determinados verbos (e não outros) para afirmar que “semanticamente, tanto os verbos sondar, inquirir, ajustar-(se) quanto a oposição deste lado/do outro lembram a penetração”. De onde esses verbos “lembram a penetração”? Segundo Pêcheux, de uma voz que “fala sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’” (2009, p. 149), constituída por uma memória discursiva, determinada pela formação discursiva com a qual o sujeito se identifica. A *penetração* não surge de uma relação por semelhança semântica. O que permite relacionar sondar e inquirir com deste lado e do outro? Nada que esteja na superfície pode caracterizar uma relação semântica. Isto justamente porque a *penetração* “emerge” da relação com a memória, é o “lembram” que sustenta a associação. Um saber discursivo que não tem origem no sujeito, como ensina Pêcheux, “um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (2012a, p. 43).

A deriva de sentidos entre a SD 01 e a SD 02 explicita o funcionamento do efeito metafórico na constituição do gesto de interpretação, que introduz o objeto de estudo da crítica literária. O sujeito sustenta o *tipo de análise* tornando sua a voz anônima do “lembram” que só pode ser compreendida no espaço da memória. Esse percurso do significante coloca em evidência uma discursividade dominante, cuja especificidade está delimitada na metáfora da *penetração*.

A análise desse gesto, do ponto de vista discursivo, deixa ver como a interpretação naturaliza certos sentidos por meio de substituições, deslocamentos e associações

equivocadas. No funcionamento desse processo, de acordo com Fuchs e Pêcheux, constata-se “que o sujeito pode penetrar conscientemente na zona do esquecimento nº II e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação do seu efeito, e pela consideração de uma defasagem que aí introduz o discurso de um outro” (FUCHS; PÊCHEUX, 2010, p. 176). Ainda segundo o autor, “esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior dessa materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica” (2012a, p. 55). O sujeito tenta acomodar os sentidos de forma mais ou menos homogênea. Contudo, o que sustenta a proposição é o já-dito, a única forma de alcançar a ilusão de estabilidade está no nível do esquecimento nº I, ideologicamente determinado pelo sócio-histórico-ideológico.

A filiação de sentidos com uma formação discursiva dominante reside na materialidade da metáfora, por conta de outras condições de produção. Esse domínio desemboca aqui como base para uma prática de leitura que visa *penetrar* o texto, isso permite traçar de forma provisória certa relação discursiva entre um *tipo de análise* e a metáfora. O efeito metafórico explicita o lapso de sentido na designação do método de análise. Apoiado na evidência do próprio dizer, o sujeito retoma, pelo esquecimento nº II, o domínio do esquecimento nº I para inscrever-se numa filiação discursiva que permanece “esquecida”.

A metáfora mobiliza “os laços inconscientes do significante que não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação *sentido/non-sens* do sujeito dividido” (PÊCHEUX, 2009, p. 277, grifos do autor). A evidência do sentido, como acepção do sujeito-centro-sentido, não oculta o desejo inconsciente de expandir-se, sentido e não sentido “estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsação’ pela qual o non-sens inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (Ibidem, p. 276). O que o sujeito diz já foi dito em outros lugares, por outros sujeitos, o dizer está ligado a uma memória que ressoa nele.

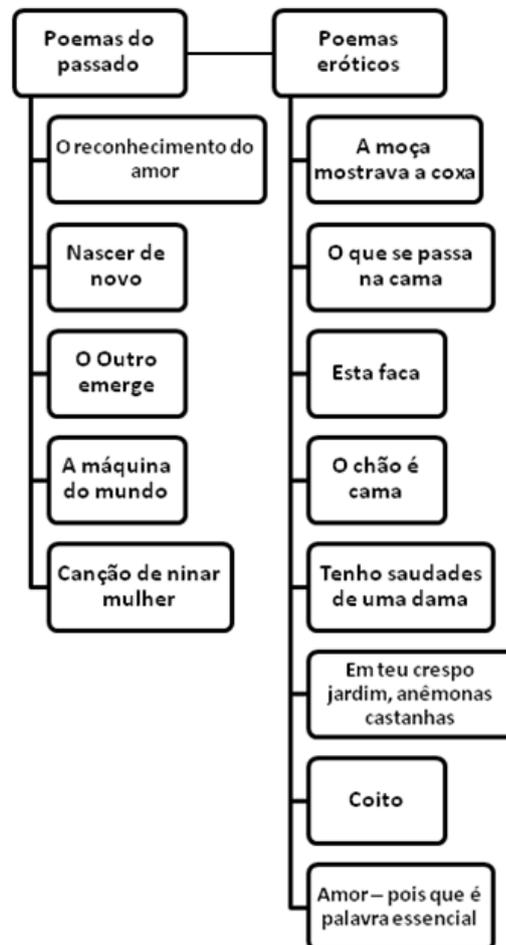
A questão da metáfora passa por essa dupla afetação. Ao passo que o sujeito precisa chegar à ilusão de completude como “sujeito-centro-sentido”, no decurso desse processo ele tropeça no fato de que é “sempre-já-sujeito”. Nessa primeira etapa da análise das SDs o movimento inicial foi compreender a acepção do significante *penetração* e aprofundar o processo discursivo do efeito metafórico. Na seção seguinte apresento o desdobrar da metáfora no fio do discurso. Tomando como ponto de partida as sequências discursivas nas quais a metáfora é retomada.

2.3 PENETRAR PARA DESCOBRIR

A compreensão do funcionamento do efeito metafórico no gesto de interpretação do sujeito crítico literário permite observar o *tipo de análise* mobilizada pela metáfora em que ler é *penetrar*. Contudo, a análise ainda está no processo de transformação da superfície linguística. Para continuar com as análises trago outras SDs que contribuem para compreender o *tipo de análise*, como funciona, que procedimentos enfatiza, enfim, aquilo que sua realização na materialidade linguística deixa entender.

A proposta de estruturação dos poemas eróticos obedece a uma organização dialógica, estabelecida na relação entre o conjunto dos 09 poemas eróticos inéditos e o retorno aos poemas do passado. Nessa perspectiva a combinação entre esses dois conjuntos de poemas vem compor o arquivo que dá visibilidade, segundo a crítica, à existência de um “erotismo oculto”. A seleção entre os poemas escolhidos pelo sujeito resulta no seguinte arquivo:

Figura 3: Arquivo de poemas



A manipulação desse arquivo, por parte do sujeito crítico literário, contribui para compreender os procedimentos de análise que a metáfora da *penetração* faz trabalhar. Para entender esse processo é necessário trazer novamente a descrição do gesto de interpretação do sujeito. No penúltimo capítulo do livro (*Rompendo o segredo*) o título antecipa a questão de análise sobre a qual é organizada a dispersão dos poemas em um todo coerente, que o gesto de *penetrar/romper* se propõe desvendar. E aqui, retoma mais uma vez o movimento que vai funcionando como uma amarra para essa insuspeitada unidade.

O título em análise recupera a dedicatória do livro “ao poeta ainda e sempre a minha gratidão pelas inúmeras informações prestadas, pelo acesso a *O amor natural* e pelo segredo rompido” (BARBOSA, 1987). Aqui o sujeito retoma os momentos de elaboração da escrita, um passo importante no itinerário do livro. Primeiramente pela relação dialógica entre a leitura e a escrita “de quem se debruça sobre um texto e se propõe desvendá-lo, ao mesmo tempo que o recria” (Ibidem, p. 28); consecutivamente pelo que adianta, ao trazer a questão do “segredo” que a *penetração* ou o *tipo de análise* se propõe “romper”.

Ainda sobre esse capítulo, entra em cena o arquivo particular de poemas cedidos exclusivamente para a publicação. A proposta de organização pode ser compreendida novamente pela necessidade de estruturação do gesto de interpretação, o qual a elaboração do arquivo coloca em jogo. A proposta de organização dos novos poemas divide-se em três subgrupos, arranjados da seguinte forma: *desejo* (prazer com o texto); *fruição* (prazer no texto); *prazer* (prazer além do texto).

Para situar o primeiro subgrupo a crítica chama a atenção para a representação do desejo do sujeito poético no poema *A moça mostrava a coxa*. Nele o prazer não se consuma, a moça mostrava tudo, “só não mostrava aquilo”, a relação fica só no gesto de insinuar intercalando oferecimento e recusa, apresentando o impossível de uma “realidade entremostrada”. Realização frustrada pelo não-visto, pelo não-possuído, pelo não-desvendado, pelo gozo não-atingido. A reinteração do processo de aproximar outros poemas para traçar a linha que constitui a temática amorosa traz para o foco o poema *A máquina do mundo* (1957). Nele a crítica aponta elementos que sugerem uma relação entre *moça* e *máquina*, “a mesma insistente recusa de mostrar-se” (BARBOSA, 1987, p. 35).

A mesma perturbação ronda *O que se passa na cama*, a mulher *objeto desejável*, sempre perturbadora, cumpre enfim o ato amoroso. O processo chama a atenção pelas aproximações que faz entre poemas distantes dentro da produção poética de Drummond. Segundo a crítica, *O que se passa na cama* traz à tona *Canção de ninar mulher* (1934), “emerge, poeticamente representando, o mundo infantil, a fim de que se afugente o impulso

erótico do presente” (BARBOSA, 1987, p. 38). Os elementos reunidos, retirados de publicações esparsas, “emergem” como uma memória. Ao penetrar os poemas o sujeito produz um gesto que vai além da listagem e da distribuição de poemas dispersos, ele acrescenta uma relação constitutiva entre os poemas do passado e a nova produção, por transferência de sentidos, como, por exemplo, em *moça e máquina*.

Com o objetivo de ampliar o alcance da temática amorosa, dentro da obra do poeta, pouco a pouco o sujeito vai construindo um arquivo de textos. Ele recorre a esse arquivo para fundamentar a tese de que o erotismo constitui uma memória que atravessa a obra do poeta. Deve-se, entretanto, observar que o “sentido é sempre sentido para, e não sentido em si” (ORLANDI, 2012b, p. 95), dito de outra forma, a memória não emerge dos poemas que estão lá no arquivo, e sim do gesto de interpretação que constitui o arquivo, ou antes disso, na inscrição do sujeito em uma formação discursiva que determina a concepção de leitura praticada.

Interessa questionar a organização desse arquivo, o efeito de evidência que o produz. Da mesma forma se faz necessário compreender como a metáfora torna evidente essa memória. O *tipo de análise* correspondente ao funcionamento da metáfora é o que faz o sujeito tomar para si a “descoberta” de uma nova linha de leitura para a obra de Drummond. O apagamento da concepção de leitura, que ampara o sujeito, no nível dos procedimentos que pratica, é o que torna evidente o gesto de interpretação.

O gesto de interpretação do sujeito crítico literário coloca em jogo uma “relação do arquivo com ele mesmo” (PÊCHEUX, 1994, p. 57). Isso gera um efeito de regularidade onde na verdade só existe descontinuidade, apagando a incompletude da linguagem. Em consequência disso, vai oferecendo pistas para compreender o funcionamento da metáfora de leitura, que o tipo de interpretação permite considerar. A construção do arquivo obedece ao domínio da metáfora a que o sujeito vincula o seu trabalho. Tendo diante de si uma inesgotável possibilidade de sentidos, dados pela polissemia da poesia, o sujeito aproxima elementos que recobrem contradições, equívocos e ambiguidades que determinam esse tipo de linguagem.

A questão da memória que “emerge dos poemas eróticos” é um fato que tem consequências teóricas relevantes para chegar à compreensão do gesto de interpretação. Cada grupo de poemas apresentado abre a possibilidade de esticar a linha da temática amorosa. Por meio da *penetração* nos poemas do passado, uma memória ecoa na produção recente de Drummond. Levando adiante a descrição, é preciso examinar esses aspectos nos elementos que ainda não se fizeram presentes à análise.

No último subgrupo de poemas *Em teu crespo jardim*, *Sob o chuveiro amar*, *Coito e*, o derradeiro, *Amor – pois que é palavra essencial*, ressalta-se o caráter de abertura dos textos. Para o sujeito crítico literário o texto é constituído por uma força vertical que abre a possibilidade de outros sentidos “emergirem”. As relações entre os poemas são inferidas por comparação (moça e máquina) ou de forma implícita na relação entre o dito e o não-dito. Nas margens do que pode ser dito, o sujeito busca delinear a partir daí os contornos do erotismo, “trata-se, sim, de produzi-lo, de constituí-lo como mediação entre o dito e o não-dito” (BARBOSA, 1987, p. 51). O erotismo velado, ao qual o sujeito se dirige, é marcado pela presença/ausência do não-dito no dito. Fato que leva a crítica a introduzir o último capítulo da seguinte forma:

SD 03 O **adentramento** em “Amor – pois que é palavra essencial” faz emergir “O lutador” e “Procura da poesia”. Em ambos, amparados pela fusão “amor” + “palavra”, de agora, pode-se medir o erotismo velado. (BARBOSA, 1987, p. 52, grifo meu).

O fato chama a atenção não só pela retomada do gesto inicial (SD 02), na substituição *adentramento/penetração*, mas também pelo duplo batimento com o título *Repensando uma produção*. Do modo como está significando, o que parece estar em jogo, é que ao *penetrar* os poemas uma memória “emerge”, em consequência disso, surge a possibilidade de “repensar” a obra do poeta. A busca pela linha da temática amorosa, dentro da obra de Drummond, estabelece um movimento inicial para dentro, em densidade descritiva, e posteriormente para fora, visando entabular um conjunto, uma rede de sentidos que sustente a tese do funcionamento de uma memória.

Diante do *adentramento* nos poemas emerge também o equívoco, a falta, o lapso, pois sob o efeito ideológico da evidência apaga-se o fato de que os poemas não são transparentes. O que sustenta a formulação da hipótese é a metáfora ou, melhor dizendo, o seu modo de funcionamento. O processo de significação, como no caso da SD 03, provoca novamente a reflexão sobre a relação entre o dizer do sujeito crítico literário e o texto que ele analisa. O jogo com a linguagem poética é uma característica recorrente no discurso desse sujeito. Uma configuração discursiva que trabalha o tempo todo entre o político e o poético.

O político exerce o seu poder no modo como o arquivo é gerido, recaindo sobre o sentido de “gestão”, que tem relação com o “gesto”. O político, então, produz a “gestão” dos sentidos, por meio dos procedimentos histórico-ideológicos que o constitui, como uma

tomada de posição que controla o aparecimento ou o apagamento de determinados sentidos. Além disso, esta é a razão pela qual um novo modo de entender os poemas emerge. Apagando não só a relação com o já-dito, mas também com o referente denominado “erotismo poético”.

Ainda, a respeito da SD 03, é necessário abrir um parêntese para considerar mais atentamente o funcionamento do gesto de “fusão” do sentido de “amor” com o sentido de “palavra”. O contato com o erotismo poético produz um gesto de interpretação que tenta preencher o vazio da incompletude, da falta, fazendo a “fusão” entre “amor” + “palavra”, como representação poética de Eros. O amor pela palavra pode ser tratado ao mesmo tempo, segundo Gadet e Pêcheux, no sentido gramatical e sexual “o *feminino* da língua materna, língua mãe do fluxo oral das palavras, o *masculino* da língua ideal, escrita em que o significante ausente domina a construção sintática” (2004, p. 51, grifo meu).

A “fusão” configura-se como sinônimo de “conjunção”, seguindo a linha do discurso em análise, essa união fica latente a partir da análise do poema *A procura da poesia*, “voltam aí as ‘palavras’ (as mulheres?). E, gauchement, o poeta se convida a penetrá-las” (BARBOSA, 1987, p. 53). Tomando a mulher/palavra junto com o poeta/amor o resultado da penetração/fusão explicita um amor da/na língua. Em contrapartida, o desejo de completude, próprio do desejo sexual (conjunção/fusão) é corporificado na língua como desejo pelo significante que está no campo do outro. É compreensível, então, que a “fusão” entre “amor” + “palavra” sustenta um desejo logofílico, como apontam Gadet e Pêcheux, no qual “a figura do pai (o falo, a Ordem, o Direito e a Razão), em conjunção e desconjunção com a da mãe (a matriz, o fluxo, a Vida): a encruzilhada imaginária em que certos humanos encontram ‘o amor pela língua’” (2004, p. 51).

No entanto, o tipo de interpretação que o sujeito pratica não está na coincidência com a base linguística que analisa, e sim na memória que faz emergir. A matéria significante é apenas um dos aspectos a serem considerados. A relação da crítica com o simbólico se alimenta da poesia⁶.

A memória que se tem em mira analisar possui espessura, por não ser transparente precisa ser *penetrada*. Decorre, então, que o processo de produção da temática amorosa dentro da obra do poeta, para o sujeito crítico literário, não está na evidência do sentido, prende-se ao não-dito, ao sugerido, ao não-revelado. O movimento de *penetrar* os poemas permite perceber que o *tipo de análise* visa a chegar aos sentidos “ocultos”. A passagem de um poema para outro não se dá por uma ordem linear espaço/tempo, eles são agrupados por

⁶ O desejo corporificado na língua, que enquanto objeto de desejo faz trabalhar a presença/ausência de um “outro” jamais apreendido, valeria a pena ser aprofundado, mas excede os objetivos deste trabalho.

uma memória, construindo, para isso, um arquivo. O efeito de evidência na organização do arquivo torna regular o que é instável, produz uma série de associações que apaga o lapso, a falha, o equívoco.

Ao tentar dar uma unidade ao que é descontínuo, enquanto reconhecimento de um sentido já-lá, atravessando a obra de Drummond, como um real representável, atingível, inteiramente domesticável, a interpretação produz um efeito de evidência. O real da língua é o impossível (GADET; PÊCHEUX, 2004), ele é cortado por falhas e lapsos, como efeito discursivo do equívoco, e isso não pode passar batido. O equívoco “aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se a contradição (histórica) [...] a irrupção do equívoco afeta o real da história” (Ibidem, p. 64). A interpretação do sujeito crítico literário é determinada historicamente pela formação discursiva que o domina.

Os deslizes de sentido, as substituições e paráfrases permitem perceber o funcionamento da formação discursiva a qual o sujeito crítico literário se identifica. As retomadas do mesmo dizer vão constituindo redes parafrásticas, isso quer dizer, segundo Fuchs e Pêcheux, que “n sequências de um domínio constituem n formas semânticas equivalentes de uma mesma proposição” (2010, p. 217-218). Regida por esse processo a SD 04, ao parafrasear *penetração* por *aprofundadas*, conecta os sentidos de uma proposição na outra, para dar mais coerência à linha de argumentos que vai tecendo no fio do discurso.

SD 04 Restam, todavia, algumas considerações que, alinhadas sob a forma de questionamentos, se propõe concluir este estudo, abrindo pistas para outras e mais **aprofundadas** reflexões (BARBOSA, 1987, p. 54, grifo meu).

O retorno da metáfora no fio do discurso, como já foi visto na expressão *adentramento* (SD 03), agora apresenta outra variação (*aprofundadas*), compondo um conjunto de sequências parafrásticas. São dizeres que mantêm uma relação entre si e ajudam a regular, e a organizar o que está sendo dito, dando estabilidade ao gesto de interpretação. É o que ocorre também na SD 03, o significante *adentramento* está substituindo *penetração*. Na SD 04 a igualdade se mantêm na medida em que *aprofundadas* também vem ocupar o lugar da *penetração*. No entanto, a SD 05 traz uma diferença, além da metáfora da *penetração* ser retomada, integra-se à rede uma nova metáfora.

SD 05 (...) ao **mergulhar** nos poemas que compõem o *corpus* deste trabalho, muitas suposições foram reformuladas. Resta, pois, o segredo de *O amor*

natural em seu todo, que só a **penetração aprofundada** poderá desvendar. (1987, p. 57, grifos meus).

O que ocorre na SD 05 entre *penetração* e *mergulhar* extrapola a relação de paráfrase. As duas expressões mantêm uma relação pela identificação do sujeito com uma formação discursiva dominante. Desde a apresentação do objeto pela crítica, lá no início, e ao longo de várias retomadas, a *penetração* figura como uma dominante no discurso do sujeito crítico literário. No que concerne ao *mergulhar*, pode-se afirmar que essa metáfora vem a saturar os sentidos de *penetrar*, deve-se considerá-la, então, como componente de certa formação discursiva, a qual a metáfora da *penetração* também se filia.

Dada a dominância de uma formação discursiva, *penetrar* e *mergulhar* funcionam como um “pré-construído”, para a exposição do objeto, segundo uma tomada de posição que “remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso” (COURTINE, 2009, p. 74). As duas metáforas trazem marcadas na língua sua dependência ao “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2009, p. 148-149).

Destaco, ainda na SD 05, a presença da ilusão de completude. O que faz supor que resta algo a inferir, a somar, está na busca incessante pelo reconhecimento do todo. A necessidade de representar o todo produz a ilusão de estabilidade do objeto, mas a sustentação do objeto se constitui na maneira como a metáfora o expõe. Dado o fato de que “só a *penetração* ‘aprofundada’ poderá desvendar” o todo, a *penetração* é o que motiva o movimento analítico que visa alcançar essa completude.

Outra marca relevante na SD 05 está nas expressões *segredo* e *desvendar*. O segredo aparece pelo menos de três formas diferentes ao longo das análises. A primeira está na epígrafe do livro “ao poeta, ainda e sempre a minha gratidão pelas inúmeras informações prestadas, pelo acesso a *O amor natural* e pelo segredo rompido” (BARBOSA, 1987, p. 05). A segunda está na representação poética do amor erótico, descrito como o não-dito, o não-revelado, presente no jogo de mostrar e esconder que insinua o desejo pelo corpo/texto. A terceira remete tanto ao título do capítulo 4 – *Rompendo o segredo*, quanto à SD 05, articulando aí o objeto de análise, a memória que emerge esperando para ser “desvendada” em seu todo.

Se existe um “segredo” a ser “desvendado”, pelo menos em certa medida, se deve ao fato de que existe um gesto de interpretação que propõe *penetrar* o que está “oculto”. Há entre o objeto a conhecer e o gesto que o apresenta uma articulação. Consequentemente, o *tipo de análise* que a metáfora incorpora desdobra-se numa interpretação que traz à tona um elemento

submerso na densidade da linguagem, para vislumbrar o que estava lá no “fundo” dos poemas. Aqui, me parece, há o funcionamento de uma concepção de leitura que tenta lidar com o real a partir de uma noção de materialidade do sentido, que leva a *penetrar* o texto para compreender esse fundo “oculto” dos poemas.

Uma profundidade que emerge de uma superfície trazendo ecos de um sentido oculto. A superficialidade e a profundidade fazem parte de um processo metafórico que expõe um sistema de determinações “pré-científicas” ou “não científicas”, segundo Pêcheux (2010b, 153). A partir da noção de formação discursiva, conforme o que ensina o autor, tomada “como uma materialidade histórica sempre já dada”, primordial para compreender “as formas de existência histórica da discursividade” (2012b, p. 156), os elementos exterior/interior (profundo/superficial) responderiam a uma tomada de posição ideológico-discursiva que recairia sobre uma ou outra expressão. Uma vez introduzida, faria frente a uma proposição científica, literária ou ideológica, sempre já dada como “uma sistematicidade integradora” para o funcionamento de um objeto discursivo. No entanto, os elementos jamais estariam livres da contradição. Na concepção materialista da discursividade, de acordo com Pêcheux, “os efeitos do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições” (Ibidem, p. 157).

A expressão a que o sujeito filia o seu objeto (profundo/superficial), seja qual for a expressão, sempre parece enfraquecer a proposição oposta. Formas implícitas de materializar a luta ideológica na apresentação do objeto discursivo, segundo Pêcheux, subvertendo “as regras de coerência que regem” o discurso com o qual se quer romper (2010b, p. 153). Por contraposição, uma proposição parece depender da outra para fazer sentido, pois não há uma superfície sem uma profundidade, o contrário também parece ser verdadeiro, pois para que exista uma profundidade há uma superficialidade por onde é dado penetrar. Pensar o sentido encerrado no interior do texto é tão verdadeiro como acreditar na evidência da superfície enquanto imagem sem fundo. O que deve ser levado em consideração é o posicionamento ideológico, que esta ou aquela proposição faz funcionar. De acordo com Pêcheux, os objetos discursivos “teriam a propriedade de ser ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, isto é, de existir como uma unidade dividida, suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural, politicamente sobre-determinado” (2012b, p. 157).

A constituição do sentido “é sempre uma palavra por outra [...] essa transferência (*meta-phora*), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que ‘se revestem de um sentido’, não poderia ser predeterminada por propriedades da língua”

(PÊCHEUX, 2009, p. 239-240). Daí a necessidade de pesquisar a materialidade histórica que constitui a metáfora enquanto tal, o seu aparecimento em dada formação discursiva “mascara a dependência dessa última em relação ao interdiscurso” (Ibidem, p. 240). A forma como um *tipo de análise* configura o gesto de interpretação produz objetos discursivos dados por uma memória do saber. Processo marcado pela luta ideológica na teoria, produzindo posicionamentos políticos, sobre os quais darei atenção especial no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - LER O POLÍTICO NO MODO COMO SE LÊ

“A leitura atesta os modos de materialização do político” (Eni Orlandi)

3.1 INTERDISCURSO E METÁFORA

Partindo da tese de que “a metáfora é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso” (PÊCHEUX, 2009, p. 240), analiso agora o funcionamento do interdiscurso na metáfora. O processo discursivo analisado no capítulo anterior apontou para um determinado *tipo de análise* apoiado na metáfora da *penetração*, que culminou na identificação de um “sentido oculto”. O próximo passo é compreender que memória sustenta essa compreensão, como ela se constitui em um processo historicamente determinado.

Para começar é necessário lembrar que o discurso metafórico está em relação contínua com uma política de leitura, marcada pela forma como o sujeito se posiciona em relação à interpretação e ao objeto discursivo, em que tanto um quanto o outro são regradados pelo funcionamento da formação discursiva na qual o sujeito se inscreve, dissimulando pelo funcionamento do interdiscurso a produção do objeto discursivo pelo próprio gesto de interpretação que o produz. Acompanhar esse movimento permite perceber que o objeto discursivo é o efeito que resulta de um já-dito, e que essa memória do dizer passa por um trabalho contínuo de atualização.

O funcionamento da metáfora obedece às características contextuais de aparecimento, pois ao passar de uma conjuntura a outra a metáfora produz novas formas de existência. Assim, a metáfora pode tomar diferentes formas, segundo as condições de produção nas quais ela é empregada. Aplicada numa conjuntura científica dada, como forma de apresentação de um objeto para sujeitos, segundo Pêcheux, a metáfora

circularia entre diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária – nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser um efeito integrador da discursividade torna-se desde então um princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma sequência discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (2012b, p. 158).

Para Pêcheux o sentido é determinado pelas formações discursivas, fruto da relação do sujeito com a linguagem e desta com o mundo. Porém, nenhuma formação discursiva “pode ser o *Lugar* de realização da transferência” dos sentidos (PÊCHEUX, 2009, p. 240). Então, é possível que a metáfora funcione de diferentes formas, como um *tipo de análise* que o sujeito assume ao se posicionar, estando sempre em disputa com outras posições teórico-ideológicas.

A aparição da metáfora está ligada à história da luta ideológica na produção do conhecimento. Isso significa considerar a metáfora como um processo de apresentação de um objeto que mantém uma relação constante com o político-ideológico, marcada pela forma como o sujeito se posiciona em relação ao objeto de estudo. Como observa Pêcheux, em relação à Saussure, “qualquer apresentação da teoria saussuriana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade da linguística” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 56). Ao assumir uma posição o sujeito ocupa um lugar teórico-ideológico, importando metáforas para se fazer compreender. O modo como o sujeito apresenta o objeto a conhecer se traduz “em função dos efeitos ideológico-discursivos que esta ou aquela apresentação supõe e reativa” (PÊCHEUX, 2009, p. 208).

As metáforas de leitura são tomadas aqui (do ponto de vista discursivo), como uma memória do saber da Crítica Literária. Memória que se produz intrincada no funcionamento da forma-sujeito crítico literário, mantida por um duplo sistema de referência, dado entre a “prática científica” e a “prática política”. Isso quer dizer, segundo Pêcheux, que “as condições de produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições da reprodução/transformação das relações de produção” (2009, p. 172). Por exemplo, a metáfora da *penetração* tem uma dimensão política/ideológica ligada a uma mudança nas relações de produção do conhecimento no contexto da Crítica Literária brasileira, entre as décadas de 30 e 40 do século passado. A transformação das relações de produção da Crítica Literária marca o fim de um modo de fazer crítica, calcado exclusivamente no jornalismo literário, e o começo de uma crítica universitária, sob a qual a metáfora da *penetração* determina os interesses teórico-ideológicos em disputa.

3.2 DA RUPTURA COM O IDEALISMO DE RODAPÉ

A Crítica Literária no Brasil, segundo Rocha (2008), até a década de 30 do século passado era exclusivamente por meio de jornal. A crítica de rodapé⁷, como ficou conhecida, possuía um caráter estritamente “pessoal” de leitura e reflexão sobre os textos comentados. Ainda de acordo com Rocha, os “textos jornalísticos eram pouco técnicos, eram dirigidos especialmente à figura idealizada do leitor culto, mas não especialista” (2008, p. 21). O caráter “autônomo” e ensaístico da crítica de rodapé passa a ser alvo de ataque da nascente crítica universitária, decorrente das primeiras turmas da Faculdade de Letras da USP. A crítica universitária armada com argumentos teóricos e vocabulário técnico disputa com os críticos de rodapé espaço nos jornais. Além da disputa de método, Rocha salienta que “também se tratava de uma disputa de poder” (Ibidem, p. 21), e legitimação de um discurso que começava a se institucionalizar, o discurso da crítica universitária.

O aparecimento desse novo discurso no campo epistemológico da Crítica Literária estava subordinado às novas condições de produção colocadas pela indústria cultural. O meio jornalístico, segundo Rocha, “a partir de 1945 passou a valorizar a notícia em detrimento da análise” (2011, p. 140), tornando obsoleto o discurso da crítica de rodapé. Essa mudança nos meios de circulação do discurso antecipou o anacronismo da crítica de rodapé, frente à atualização constante da informação que se atribuía à vida cultural moderna.

Ficando nessa simples constatação de que, a “matéria-prima” para o embate teórico-ideológico estava precedida pelas condições de produção da época, determinada pela virada cultural advinda do modernismo, como também pela institucionalização dos cursos de Letras, ajuda a dimensionar essa transformação dos pressupostos da Crítica Literária. Efetuando-se de maneira decisiva na forma-sujeito crítico literário.

No meio do fogo cruzado, travado no interior das trincheiras dos jornais, surge uma figura decisiva para a nova Crítica Literária brasileira. Antonio Candido, em 1943, começa a escrever críticas literárias no jornal *Folha da Manhã*, um texto de linguagem acessível, mas de implicações muito distantes do posicionamento diletante da crítica corrente na década passada. Candido chama a atenção para as relações contextuais que organizam a realidade artística da obra, como condição para a existência de elementos exteriores, constitutivos do texto literário.

A atividade crítica desenvolvida por Candido constitui uma prática de análise muito significativa para a Crítica Literária brasileira. A questão fundamental, para ele, era

⁷ O crítico de rodapé era responsável por uma coluna semanal cuja tarefa era avaliar os últimos lançamentos, segundo critérios pessoais ou valores normativos preestabelecidos (ROCHA, 2011); às vezes tomada por: crítica “naturalista” ou “impressionista”.

estabelecer um método com o qual a crítica de sua época construísse instrumentos científicos, para desenvolver análises objetivas, estabelecendo uma metodologia científica para a interpretação de textos literários. A tomada de posição do sujeito crítico literário, na perspectiva de Candido, ganha novas margens, passa por uma reformulação, e absorve na própria forma-sujeito os efeitos que a ruptura no campo epistemológico pretende estabelecer. De acordo com Pêcheux, “o momento histórico do corte que inaugura uma ciência dada é acompanhada necessariamente de um questionamento da forma-sujeito e da evidência do sentido que nela se acha incluída” (2009, p. 175). O resultado disso é que o método de análise acaba por inscrever na *forma-sujeito* concepções e proposições “elementares” para a concepção de leitura que o sujeito “deve” praticar.

Para compreender o funcionamento dessa proposição “elementar” para o sujeito crítico literário, e atender a necessidade de vislumbrar o efeito ideológico-discursivo pressuposto no discurso metafórico, tomo de maneira provisória a relação do crítico Antonio Candido com uma metáfora de leitura. Apresento uma sequência discursiva que foi recortada do primeiro texto publicado por Antonio Candido, no jornal *Folha da Manhã*, em 1943. Nele o crítico apresenta a base para o seu posicionamento.

SD 06 Há, evidentemente, uma coisa básica no trabalho do crítico, que não pertence à metafísica nem à moral do nosso ofício, pois que é uma qualidade pessoal. Quero referir-me a **penetração**. Sem ela, sem essa capacidade, elementar para o crítico, de **mergulhar** na obra e intuir os seus valores próprios, não há explicação possível – isto é, não há crítica (CANDIDO, 2002, p. 24, grifos meus).

Nesse texto de “apresentação” o sujeito crítico literário se posiciona a partir da metáfora *penetrar/mergulhar*. Ela funciona como “princípio” de identificação, sem o qual “não há explicação possível”. Nessa proposição duas questões importantes são colocadas, a primeira é a determinação do método, a segunda é que esse *tipo de análise* constitui o sujeito. A metáfora mescla-se à *tarefa do crítico*, ela representa o sujeito, ancora o saber, nela se instala “uma capacidade, elementar para o crítico”. As expressões *penetração* e *mergulhar* produzem sentidos que parecem pertencer a uma mesma região do interdiscurso, que acompanha a forma-sujeito crítico literário.

Tomando a metáfora pelo ponto de vista discursivo, é possível compreender o modo como uma ciência se estabelece a partir das metáforas que ela usa e que “os conceitos de uma ciência enquanto tais não possuem, a rigor, *um sentido*, mas uma função em um processo”

(PÊCHEUX, 2009, p. 177). No caso da Crítica Literária, o discurso metafórico aponta para uma mudança na relação entre as práticas de interpretação, sobretudo, para eliminar o impressionismo e o subjetivismo ligados à crítica de rodapé. Em consequência disso, é possível reconhecer, nas proposições estudadas, o pertencimento a uma mesma região discursiva.

Podendo constatar agora como a SD 06 desempenha no processo de produção da SD 05 um papel constitutivo. As duas SDs apresentam, em conjunturas diferentes, um *tipo de análise* que envolve um processo no qual o sujeito, ao interpretar, se constitui. O sujeito crítico literário na SD 06 assume uma posição dentro de uma conjuntura teórico-ideológica que vai em direção contrária ao idealismo que marca a produção crítica de sua época. A crítica universitária armada com argumentos teórico-materialistas disputa com a crítica-idealista espaço no campo político-social da “luta teórica”. Parodiando Candido, “evidentemente, o verdadeiro crítico literário deve evitar a interpretação superficial que não serve como instrumento de penetração. Sem essa capacidade elementar, os críticos que não são como nós não possuem a agudeza que leva a mergulhar profundamente no objeto analisado”.

A metáfora, além de marcar a posição-sujeito em relação à análise de textos literários, configura-se também como um posicionamento político-ideológico. No interior da formação discursiva da Crítica Literária “universitária” os significantes *penetração* e *mergulhar* determinam uma posição-sujeito, definindo o *tipo de análise*, ou em outras palavras, aquilo que “pode e deve ser dito” pelo sujeito que se posiciona como crítico literário. Isso revela que a metáfora é um processo sócio-histórico, como pontua Pêcheux, em que o sentido de uma palavra, expressão, proposição, não depende das propriedades lexicais, depende, principalmente, da formação discursiva na qual irrompe.

De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório: as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem (2009, p. 240).

A metáfora é um processo histórico-discursivo de apresentação de objetos para sujeitos, objetos esses que são sempre determinados como objetos ideológicos, materializados provisoriamente em formações discursivas que dissimulam a relação deles com o interdiscurso. Resta ainda compreender que *tipo de análise* a metáfora pratica na conjuntura

política e ideológica na qual Antonio Candido trabalha. A situação científico-ideológica em que Candido se encontra é marcada pela existência de duas formas “incompatíveis” no tratamento dos textos. De um lado a tomada de posição *materialista*, instaurada na objetividade científica, do outro a tomada de posição *idealista*.

Para o método *idealista* a ficção recria a realidade e a interpretação do crítico projeta essa realidade assim entendida. O *tipo de análise* que ela pratica visa a dar brilho à superfície cristalina, na qual o exterior é uma imagem refletida. Para o método *materialista* a objetividade é fruto da especialização do conhecimento e dos instrumentos de análise, que deve levar a uma compreensão “aprofundada”, na qual os sentidos do texto não são evidentes, e por não serem transparentes o sujeito crítico literário precisa *penetrar/mergulhar* para compreender o funcionamento de uma obra.

Desse ponto de vista o sentido de uma obra só pode ser apreendido se o crítico levar em conta que toda a obra literária incorpora elementos externos a ela mesma. Por isso na análise e compreensão dos textos, segundo a perspectiva materialista defendida por Candido, deve-se considerar o histórico-social como elemento constitutivo da obra. Por exemplo, no estudo: *Duas vezes “a passagem do dois ao três”*;⁸ são montadas lado a lado duas versões de uma mesma análise. Na montagem da direita estão as partes iniciais e finais de uma conferência intitulada “Literatura – Sociologia”⁹, nela Candido apresenta como o texto literário é constituído por elementos externos. Essa concepção parte do princípio de infraestrutura e do ideológico para o marxismo, segundo Candido, como “manifestação superficial de significados profundos, que podem ser diferentes e que, estes sim, exprimem as relações reais com a sociedade” (2002, p. 53).

Para confrontar a materialidade dos aspectos históricos e políticos na obra, Candido propõe que há um vínculo entre o texto e a exterioridade, motivando a constituição de significantes que, segundo uma análise ideológica, permite perceber outro nível de significado, “diversificando o texto verticalmente e dando-lhe uma profundidade que obriga a complementar a análise estética pela análise ideológica” (2002, p. 56). O estudo do funcionamento dos elementos externos à obra, para Candido, marca uma mudança na centralidade do texto, para ressaltar as suas correlações sociais e ideológicas. A abordagem

⁸ Montagem realizada por Vinicius Dantas (CANDIDO, 2002).

⁹ Conferência pronunciada no II Encontro Nacional de Professores de Literatura (Rio de Janeiro, 30/07 a 2/08/75), que teve como tema “A prática da interpretação de textos a partir de uma ótica interdisciplinar” (CANDIDO, 2002, p. 51).

sócio-histórica de Candido, entre texto e contexto, problematiza as interseções entre o estético, o histórico e o ideológico.

Candido problematiza também o princípio idealista de subordinação do sujeito ao objeto. Para fazer frente à herança idealista, segundo Antelo, Candido propõe “encontrar um ponto de articulação entre os dois polos constitutivos da tarefa crítica, o objeto e o sujeito” (2001, p.131) como processo ambivalente que rege “tanto a objetividade do sujeito quanto a subjetividade do objeto” (Ibidem, p. 134). A relação com a exterioridade, solicitada pelo texto, faz o crítico *mergulhar* na obra para puxar os fios tecidos na história.

A questão do método, destaca Candido, quando uma visão “opaca desliza insensivelmente rumo à uma visão ideológica” (2002, p. 60), deixa de lado, de forma imprudente, os traços que marcam a passagem da análise à interpretação, indo rápido demais de uma a outra, esquece de dar atenção às singularidades dessas marcas. Um estudo exemplar desse processo está em *A dialética da malandragem*. Nesse trabalho Candido parte do livro *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antônio de Almeida (1852), para desenvolver uma análise histórico-discursiva. Considerando os traços materiais constitutivos da obra, percebe o funcionamento de uma memória fundamental para o imaginário nacional. Segundo Schwarz, o texto coloca “uma linha de força inédita para a teoria, a linha da malandragem” (1997, p. 130). Partindo do texto, Candido observa que desde as histórias folclóricas de Pedro Malazarte, passando por Macunaíma, para citar alguns, existe uma figura historicamente constituída na formação imaginária nacional que é a do malandro, uma memória que se atualiza em diferentes textos, de diferentes épocas.

O procedimento analítico que visa passar de uma visão opaca para uma visão ideológica, na conjuntura da Crítica Literária a qual Candido faz parte, pratica um *tipo de análise* preocupada em compreender, a partir do texto literário, as formações ideológicas que caracterizam a formação social brasileira. Nesse contexto o discurso metafórico está filiado à proposição teórico-ideológica materialista. Essa identificação é estabelecida na ruptura epistemológica das relações entre materialismo e idealismo, no campo científico da Crítica Literária, precedida pela luta entre a crítica de rodapé e a crítica universitária.

A luta teórico-ideológica na produção do conhecimento produz concepções de leitura que são materializadas nas metáforas que a Crítica Literária usa. Conforme a formação discursiva na qual aparece, constitui determinados sentidos e não outros. Assim, as expressões e proposições metaforizadas representam determinadas práticas, na medida em que a conjuntura teórica e ideológica se apropria delas para fazer valer a posição que se assume.

Até agora o foco de estudo manteve o olhar na tentativa de compreender como funciona o discurso metafórico da Crítica Literária. Tendo em vista que, o objetivo em último caso é compreender o político no gesto de interpretação que as metáforas de leitura praticam, examino o deslocamento da metáfora para dentro de outras formações discursivas. Passo, então, a analisar como as expressões *penetrar/mergulhar* se comportam ao ultrapassar as fronteiras da formação discursiva já estudada, para em seguida compreender a formação ideológica que envolve a prática política mobilizada pela metáfora.

3.3 DA NECESSIDADE DE MERGULHAR PARA DESCOBRIR

A metáfora é constituída em formações discursivas que “combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso” (PÊCHEUX, 2012b, p. 158). Uma mesma metáfora de leitura pode mudar ao passar de uma formação discursiva para outra, pois é revestida por uma nova conjuntura histórica e social. Enquanto processo não-subjetivo, a metáfora remete seus sentidos à forma-sujeito. Diante disso, introduzo agora a análise do funcionamento da metáfora em que ler é *mergulhar*, no discurso metafórico de um professor de literatura.

Trata-se de um discurso que atualiza uma memória político-ideológico que, nas condições apontadas no parágrafo anterior, coincide com o que é esperado da posição-sujeito professor de literatura. Isso se dá pela maneira como em uma formação discursiva dada, “os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso” (COURTINE, 2009, p. 74) são afetados pelos sentidos procedentes da forma-sujeito.

O objeto em questão se coloca pelo *tipo de análise* que o discurso metafórico reacende e o(s) sentido(s) que a interpretação adquire conforme a formação discursiva que domina o sujeito. Nessa perspectiva, vale investigar se a forma como um professor apresenta um texto para um aluno é diferente da forma como o crítico o faz. A relação entre crítico e professor não é estranha, o modo como o professor lê é muitas vezes próximo à maneira como o crítico lê. De acordo com Orlandi, a leitura do professor é mediada pelos críticos literários, assim o professor “retoma, em seu trabalho pedagógico, uma leitura considerada como ideal e que tem como modelo a de um crítico” (1996, p. 43).

As consequências disso estão na maneira como o professor apresenta um texto para seus alunos. Um professor de matemática, por exemplo, não apresenta um livro de cálculos da mesma forma que um professor de língua portuguesa apresenta um livro de literatura. Eles são interpelados por formações discursivas diferentes. Nesse sentido, é necessário destacar mais uma vez que, a forma como o sujeito diz sofre o efeito da formação discursiva na qual ele se

filia, e que toda identificação com uma formação discursiva mantém uma relação com uma ideologia dominante.

O espaço discursivo no qual o sujeito se inscreve para falar permite produzir determinados sentidos e não outros. O tipo de leitura proposta pelo sujeito diz muito sobre a constituição histórica, teórica e ideológica que sustenta o modo como ele interpreta. Para compreender melhor essa relação, chamo a atenção para uma metáfora de leitura formulada por um professor do Colégio Estadual Paulo Leminski, de Curitiba (PR), publicada no livro didático *Língua Portuguesa e Literatura* (2007), como introdução ao estudo da Modernidade em duas obras literárias do século XIX:

SD 07 Eu estou diante de um livro como diante de um lago. Diante de um lago, ora eu vejo a superfície tão cristalina que parece um espelho; outras, agitada pelas ondulações que o vento provoca. Eu olho para a superfície do lago e sei que a superfície não é o lago todo. Às vezes a superfície me engana. Porque é uma superfície transparente e, quando eu **mergulho** no lago, vejo tudo opaco, nada nítido. E somente tateando vou sentindo os contornos de uma pedra ou galho ou concha depositados no fundo, escondidos pela água. Quando a superfície é tranquila, no fundo pode haver um turbilhão. Mas pode suceder o contrário. Só saberá quem **mergulhar** (LINS, 2007, p. 90, grifos meus).

O discurso metafórico utilizado pelo sujeito professor expõe um gesto de leitura em que ler é *mergulhar*. A metáfora está envolta numa formação discursiva pedagógica, por isso recebe um recobrimento lúdico, constitutivo do processo de mediação no qual o sujeito conta uma história para introduzir uma questão a ser debatida. Esse sujeito, marcado pelo uso da primeira pessoa do singular, indica uma posição em relação à produção do conhecimento, uma vez que, toma o discurso da ciência não pela voz de um sujeito ausente, e sim do sujeito histórico-ideológico. De fato, no discurso científico, concordando com Althusser, o sujeito não está “ausente”, ele está inserido no “jogo dos efeitos ideológicos” (1985, p. 94). O sujeito histórico e ideológico não se apaga durante a escritura, pelo contrário, desempenha um papel essencial no processo de constituição dos sentidos.

À primeira vista a imagem do lago (uma lâmina horizontal e cristalina) desliza para o lugar do significante *livro*, lembrando a linearidade da superfície linguística, ligada a uma concepção de leitura linear. Trata-se, também de uma *superfície transparente*, como se os sentidos fossem evidentes. Mas ao mergulhar no lago o leitor vê tudo opaco, nada mais está nítido. Isso marca uma concepção de leitura em que ler é atravessar as evidências (superficiais) para apresentar ao leitor a opacidade do texto.

Nesse sentido, que memória política-ideológica a metáfora reativa? Parece plausível considerar o efeito ideológico da metáfora como uma tentativa de afastar uma concepção idealista de leitura. O professor ensina para o aluno/leitor que ele deve desconfiar das evidências do texto, que tais transparências são “ilusórias”. Considerando a leitura como uma forma de atingir outros sentidos, o sujeito leitor deve romper a opacidade material do texto.

Essa concepção de leitura aproxima expressões como: lago/livro, superfície/texto, opacidade/sentidos, etc. O tipo de interpretação em funcionamento nessas expressões tem consequências teóricas e ideológicas, pois problematiza a evidência dos sentidos, fazendo pensar a opacidade da linguagem. Assim, *mergulhar/penetrar* a transparência do lago refere-se às condições verbais de existência dos objetos, segundo Pêcheux, objetos estes sempre tomados como “(científicos, estéticos, ideológicos), em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2012b, p. 151-152). Dessa forma as proposições de leitura trazem marcas de uma prática política, mobilizando traços de uma memória ideológica.

De fato, esse cruzamento entre o que está sendo dito e a história põe em jogo relações de empréstimo, tipos e modos de conceber a interpretação postos no funcionamento das metáforas de leitura. A posição assumida pelo sujeito em sua condição de produção determina a forma como a metáfora é produzida. Na SD 07 o que está em jogo é a prática de ser professor, a metáfora não passa imune aos saberes dessa formação discursiva, uma vez que o como o sujeito diz não pode ser descolado da posição que o sujeito ocupa.

Parafraseando o sujeito professor, “quando estou diante de um livro, não interessa apenas a literalidade da superfície linguística, é preciso atravessá-la para encontrar na opacidade da linguagem, da história, do sujeito, outros sentidos possíveis, que estão ancorados no fundo do lago”. O que está imerso na opacidade da água turva é o não-dito, que de certa forma, pela posição não idealista, de certa maneira, pelo jeito como sustenta o que o sujeito está tentando dizer, mantém uma relação de sentidos com a memória que estou tentando compreender.

No entanto, na SD 07 o caminho do sentido leva ao encontro de regionalizações distintas do interdiscurso. O sujeito professor para interpretar precisaria passar a barreira ideológica (evidência/transparência), como se esta fosse uma “ocultação” da realidade. Ao passar para o outro lado atingiria o “real”, encontraria o “verdadeiro” sentido. Essa concepção de leitura que visa extrair um conteúdo do texto parece estar ancorada na relação com a escolarização do saber. A posição do professor está ancorada na produção de conhecimentos escolarizados, em relação ao qual ele tem a “obrigação” de assegurar o acesso aos

“conteúdos” relativos a cada disciplina. Nesse caso, o que ocorre é um cruzamento entre a filiação com a metáfora e os saberes provenientes da forma-sujeito professor.

Para a Análise de Discurso os saberes não se estabelecem sob uma base homogênea, de acordo com Indursky, uma formação discursiva “é, a um só tempo, idêntica e dividida” (2007, p. 169). Não existe uma identificação plena entre os saberes, e sim sentidos e sujeitos constitutivamente heterogêneos. Ainda de acordo com Indursky, isso significa dizer que as formações discursivas possuem demarcações imprecisas cujas “fronteiras são bastante *porosas*” (Ibidem, p. 170, grifo da autora). Em suma, a metáfora circula entre diferentes formações discursivas, como ensina Pêcheux, sendo o tempo todo importada (meta-forizada), produzindo novos sentidos, conforme a formação discursiva.

Nos casos até agora estudados, as metáforas *penetrar* e *mergulhar* insistem no propósito de atravessar a superfície do texto. Na perspectiva discursiva, Pêcheux também concorda com a opinião de que o texto não é uma superfície plana, consente inclusive com a existência da evidência do sentido, há, no entanto, que compreender que para ele os sentidos não estão lá “ancorados no fundo do lago”, aguardando o analista chegar para achá-los.

O gesto de interpretação do sujeito professor aponta para um *tipo de análise* semelhante e ao mesmo tempo diferente do sujeito crítico literário. Equivalentes pelo fato de que ao *mergulhar/penetrar* visam remeter o dito ao não-dito. A metáfora passa de uma formação discursiva a outra como um *tipo de análise* que privilegia o texto para chegar à outros dizeres constitutivos do próprio texto. Essas relações de sentido, que vão se constituindo entre uma prática e outra, são fundamentais para Análise de Discurso, pois, para o analista, os gestos de interpretação são determinados pelo cruzamento de saberes, abrindo a possibilidade de compreender o seu funcionamento.

No dizer do sujeito professor foi possível identificar uma tomada de posição que mantém uma filiação com os saberes que a metáfora abriga, produzindo retomadas e deslocamentos dentro da formação discursiva a qual o sujeito se identifica. O funcionamento do interdiscurso na metáfora mostra algo recorrente nessa prática discursiva, o sentido não é algo evidente. De tal modo que, o *tipo de análise* ativado pela metáfora, apresenta uma prática discursiva que assume a tarefa de *mergulhar* e *penetrar* a espessura da linguagem para “descobrir” o significado.

Ideologicamente determinada, a metáfora remonta a ideia de *penetrar* o objeto de conhecimento, para lá do fundo tirar a compreensão do “conteúdo”. Esse movimento parece fazer frente ao positivismo idealista que toma a realidade como algo evidente. A contraposição ao idealismo leva a romper a superfície, dada como evidente. Concordando

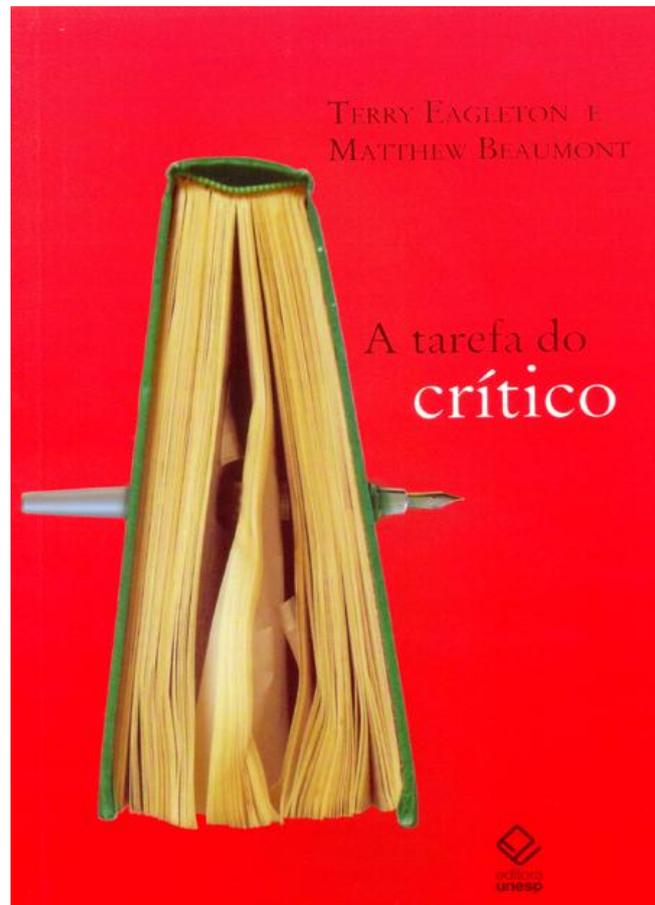
com Althusser, toda a prática é regrada por uma formação ideológica que prescreve “práticas materiais, reguladas por um ritual material” (1985, p. 92). A política de leitura apoiada na metáfora constitui uma prática material, determinada pelo funcionamento do interdiscurso. Procuo explorar na próxima seção a manifestação desse processo no efeito de evidência de uma imagem.

3.4 A TAREFA DO CRÍTICO É PENETRAR A OBRA?

Até agora abordei a textualização do discurso como ponto de apoio para as análises. Proponho em seguida analisar o não-verbal, para compreender como a materialidade discursiva em estudo se manifesta em uma imagem. Assim como no discurso verbal a imagem não se produz a si própria, ela também se engendra em um processo histórico-ideológico. Desse modo sua materialidade atesta o funcionamento das determinações ideológicas de uma forma diferente, “produzindo efeitos particulares” (ORLANDI, 2007, p. 11).

Levando em consideração que “a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a constitui, ao contrário, é na prática material significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente” (Idem, 1995, p. 35), é preciso dar atenção à singularidade da imagem. Os traços, as cores, as formas, são o caminho material para compreender como o crítico literário se depara com uma tarefa: *penetrar* a obra. Gravada na capa de um livro, a imagem traz traços de uma memória discursiva que, nessa proposição de análise, parte novamente da perspectiva do discurso da Crítica Literária. Apresento uma reprodução fotográfica da capa do livro *A tarefa do crítico* (2010).

Figura 4: A metáfora no discurso não-verbal



Fonte: EAGLETON; BEAUMONT, 2010.

A perspectiva discursiva da imagem, sem desconsiderar a importância da crítica de arte, a estética e a semiótica, busca compreendê-la enquanto gesto de interpretação. A capa se oferece ao leitor como objeto simbólico de apresentação de um livro; traços, cores, formas, fotografia são colocadas nela como evidências de uma prática de leitura. A cor dominante é o vermelho que, segundo Orlandi, “está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras” (2012a, p. 29). A cor carrega sentidos que estão em jogo na imagem; é preciso olhar para ela e perguntar: que efeito de sentidos ela provoca? Diante da imagem, como diante do texto anteriormente, evoco o processo pelo qual uma concepção de leitura sustenta a tomada de posição do sujeito crítico literário.

A imagem apresenta o livro tentando completar a lacuna aberta pelo título *A tarefa do crítico* (é?). Abre-se, assim, a possibilidade de inferir que a imagem tem uma relação com o não-dito: “a tarefa do crítico é penetrar a obra”. Sugere, então, que entre a Crítica Literária e a *penetração* existe uma relação de identificação. A partir da metáfora no discurso não-verbal,

podendo “passar de palavras para as imagens (relação do verbal com a metáfora)” (ORLANDI, 2007, p. 15), uma identificação acontece: *o crítico é aquele que penetra*. A identificação se dá por filiações de sentidos. A construção de um objeto para ser visto, fotografado, lido, em uma situação de exposição é particularmente interessante para o processo em análise.

A ponta metálica atravessa o espaço entre uma capa e outra de um livro de aparência antiga, não mais que a caneta que o perfura. Uma imagem montada plasticamente como um objeto cênico. Desenhando no objeto a presença/ausência do gesto que o expõe. Trabalho externo à obra (?), a capa é um gesto de interpretação de um, ou de vários sujeitos, de uma equipe que o pensou, frente à tela digital da máquina fotográfica. A capa, ao apresentar o conteúdo do livro, produz um efeito de transparência, tentando antecipar a leitura da obra. Esse efeito coloca em jogo a identificação do sujeito com uma formação discursiva que dá margem ao gesto de interpretação.

Pensando “nos espaços transferenciais da identificação” para as disciplinas que trabalham com a interpretação, Pêcheux escreve que é “através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos” (2012a, p. 55) que as filiações históricas acontecem. Desse modo, é possível compreender como funciona a transferência de sentidos entre o discurso verbal *A tarefa do crítico* e o discurso não-verbal da imagem, isto é, a “existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar” (Ibidem, p. 54). Os sentidos se resignificam, num esboço do confronto entre uma atualidade e a continuidade de uma memória.

Há um duplo batimento entre o que é dito ou mostrado com o não-dito, com o que está silenciado, com o que está posto fora de vista, mas que constitui igualmente o sentido. No seu estudo sobre a metáfora visual, Orlandi (1996) problematiza a concepção de fotografia enquanto imagem “achatada”, para afirmar que há uma relação entre o verbal e o visual. Apoiada pela metáfora “dos pontos de entrada e dos pontos de fuga”, Orlandi afirma que os pontos de entrada “corresponderiam as múltiplas posições do sujeito – os pontos de fuga são as diferentes perspectivas de atribuição de sentidos” (Ibidem, p. 113). Isso quer dizer que o leitor, ao entrar em contato com a imagem, a interpreta de diferentes formas, e que o sentido nunca caminha em “linha reta”, ele sempre pode mudar de direção.

Esse ponto de entrada depende da relação do leitor com a imagem. O que captura o olhar do sujeito X é ignorado pelo sujeito Y. O elemento significativo pode ser um detalhe na luz, na sombra, na disposição dos objetos, no ponto de foco, ou pode ser algo que está ausente e ocupa um “vazio”. A imagem é uma passante, como no poema de Baudelaire, que transita

na fluidez do efêmero, deixando em deriva o olhar do leitor. Até o momento em que uma singularidade desponta como uma “lança” para atingir o olhar. Barthes chama isso de *punctum*, que em latim significa, segundo o autor, “ferida, picada, marca feita com objeto pontiagudo” (1984, p. 46). Essa marca, de que fala Barthes, é o que “feriu” o meu olhar quando olhei pela primeira vez a imagem em estudo.

O ponto de entrada para mim não é o objeto pontiagudo que atravessa a capa do livro, esse é um elemento indispensável da imagem para a análise do gesto de interpretação do sujeito crítico literário. O que me intriga mesmo é o espaço vazio entre as páginas do livro, meu olhar sempre busca ver os elementos que estão apagados na sombra das páginas amassadas. O que quero frisar é que o analista, ao entrar em contato com a imagem do livro, percebe que a “foto não é mais uma representação no sentido plano” (ORLANDI, 1996, p. 113), isto é, ela possui pontos de entrada que expõem marcas de uma materialidade histórica.

A imagem produz efeitos de sentidos que lembram a *penetração*. O suporte pode mudar, pode combinar o verbal com o não-verbal, em formações discursivas diferentes, mas a forma de organizar o gesto de interpretação revela o trabalho da memória, mobilizada pela interpelação ideológica. Em consequência disso, o modo de apresentação de um poema, de um livro, ou de um modo de ler, é sempre atravessado por uma memória, a plasticidade do processo vai depender das condições de produção, e da posição daqueles que a atualizam.

A metáfora abre a possibilidade de compreender esse funcionamento. A partir da identificação com a forma-sujeito crítico literário que, por sua vez, está ligada à formação discursiva que o domina, a metáfora transporta saberes determinados pelo interdiscurso. A metáfora é transportada de uma conjuntura para outra, desloca-se historicamente marcando não só o verbal, mas também o não-verbal. De acordo com Pêcheux, “sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (Ibidem, p. 53). As metáforas de leitura através do mergulho e da penetração no texto funcionam como uma prática de leitura que trabalha dentro de conjunturas científicas, ideológicas e históricas diferentes.

EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE LEITURA

Em cada acontecimento descrito anteriormente uma prática de leitura é mobilizada através da metáfora. No primeiro caso analisado o sujeito crítico literário propõe um gesto de interpretação a partir da “*penetração* nos poemas”. Esse posicionamento aparece, também, quarenta anos antes, no trabalho do crítico Antonio Candido, considerando a *penetração* algo elementar, propõe que o crítico é aquele que deve ser capaz de “*mergulhar* na obra”. Essa prática de leitura faz eco no modo como o sujeito professor ensina “como ler um livro”, para compreender o texto é preciso *mergulhar* nele. No último caso, a capa do livro articula o verbal (*A tarefa do crítico*) ao não-verbal (imagem) para expor, metaforicamente, que “a tarefa do crítico” é *penetrar* o texto. O que essas perspectivas têm em comum? A metáfora determina o modo como cada sujeito interpreta, enquanto processo não-subjetivo ideologicamente determinado, inscreve-se numa filiação teórico-ideológica sobre a qual não é possível identificar a origem.

O que é possível afirmar é que as metáforas de leitura parecem retomar a disputa entre *materialismo* e *idealismo*. A luta ideológica na ciência surge materializada no funcionamento da interpretação que os sujeitos praticam na luta pela produção do conhecimento. Para compreender melhor essa relação é preciso interrogar a disputa entre os métodos, conceitos, técnicas, etc., e o seu papel na luta de classes. O discurso da ciência, segundo Santos (2006), é marcado pela fronteira entre o conhecimento da natureza (empirista/idealista) e o conhecimento político-social (humanístico). O primeiro resume todas as ciências naturais, o segundo engloba os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos, políticos, teológicos, etc.

O corte epistemológico ocorrido entre os séculos XVI e XVIII instaurou uma forma de conhecimento diretamente ligada ao empirismo idealista. No referido período, a observação dos fatos se dava por meio de um instrumento privilegiado pela ciência moderna: a lógica matemática; só ela levaria a um conhecimento “estável” e “verdadeiro” da realidade. O modelo matemático desse paradigma dominante significa, de acordo com Santos, que as qualidades específicas do objeto estudado são descartáveis, o que importa é a quantificação (medir para avaliar). A lógica matemática homogeneizou a explicação do real, constituindo uma forma mecanicista de dominar e transformar a matéria. Isso, a partir do século XVIII, possibilitaria a ascensão da burguesia.

O idealismo burguês pensa a produção do conhecimento dentro de um esquema racional cuja ideologia de classe faz dos sujeitos, segundo Pêcheux, seres “produzidos-

reproduzidos como ‘evidências naturais’” (2009, p. 134). O sujeito e os sentidos, nessa perspectiva, estão descolados da prática social. Em contraposição, para combater o discurso dominante do idealismo, o materialismo fundado na luta pela transformação das relações de produção, promove uma mudança de paradigma ao defender que a produção do conhecimento está ligada à prática histórico-social. O materialismo marxista abre o caminho para uma concepção capaz de “escutar” os verdadeiros anseios das massas populares. Para fazer frente à tese de que o conhecimento não é feito com ideias e sim com práticas históricas e sociais, o materialismo (marxista) trabalha a luta de classes na teoria. Essa ciência é determinada, segundo Pêcheux,

em suas condições de aparição e de desenvolvimento, pelas condições infra e superestruturais da reprodução/transformação das relações de produção, mas sua especificidade – sua ‘inovação’ radical - se encontra no fato de que seu objeto (objeto da teoria e da prática da ciência) é, precisamente, essa reprodução/transformação das relações da própria produção, de modo que os interesses teóricos do materialismo histórico e os interesses práticos (político) do movimento operário são, a rigor, indissociáveis. (2009, p. 187).

O objeto a conhecer emerge do efeito ideológico calcado na prática política, que por sua vez remete às práticas sociais. Assim, todo o objeto de saber adquire seus sentidos pela articulação que mantém com a prática política, o que significa dizer que a construção dos objetos obedece aos dispositivos (teórico-ideológicos) que os representam. Nesse sentido, a existência sócio-histórica dos objetos, bem como o exame do processo de construção dos objetos, é uma questão fundamental para o presente trabalho. A constituição dos objetos põe em evidência a materialidade discursiva das filiações ideológicas.

O que aflora nas metáforas em que ler é *penetrar/mergulhar* não é o que elas apontam, em cada caso são produzidos sentidos diferentes, mas o que elas fazem funcionar, enquanto apresentação de objetos ideológicos. O que elas deixam entender sobre uma tomada de posição política, instaurada na prática de leitura. A hipótese defendida aqui é que *penetrar/mergulhar* o texto faz parte de um discurso metafórico que serve de apoio a disputa entre materialistas e idealistas. Isso porque essas metáforas de leitura identificam-se com a existência da materialidade do texto, como uma contraposição à tomada de posição idealista.

Examinar as bases de produção do discurso materialista, por meio do qual prevalece uma valorização das relações de produção/reprodução e da singularidade do objeto, permite compreender melhor o funcionamento das metáforas de leitura. No contexto científico do materialismo histórico, a determinação do real passa por uma questão fundamental, a

aproximação do sujeito no objeto de estudo. Pensando no materialismo, mais precisamente, em seu modo de “exposição” crítica do objeto, segundo Chagas, pode-se compreender que

o método dialético de Marx não é um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico. (2011, p. 03).

O gesto de *penetrar/mergulhar* o texto leva a refletir sobre a dimensão política-ideológica que constitui esse *tipo de análise*. Os elementos estudados (*penetrar, mergulhar*) possuem uma perspectiva em comum, pelo *tipo de análise* que operam e pelo modo como materializam a metáfora, propõem uma leitura a partir do texto. A filiação ideológica articulada na materialidade da metáfora constitui uma prática de leitura que leva a cabo essa concepção. Considerando o efeito de interdiscurso dado pela filiação ideológica, as metáforas em que ler é *penetrar/mergulhar* parecem trabalhar a noção de materialidade do texto. Um gesto de leitura no qual o sentido não está fora do texto, e sim no próprio texto, como elemento constitutivo do objeto.

Não se trata de aderir a essa prática específica como se existisse uma “origem” da metáfora. De acordo com Pêcheux, “a partir do momento em que ‘o ponto de vista cria o objeto’, toda noção e, do mesmo modo, todo conceito aparecem como ficções cômodas” (2009, p. 157). De forma a não perder de vista o fato de, podendo aí vislumbrar outras filiações de sentido, diferentes gestos de interpretação que produzem diferentes relações com a materialidade da linguagem, o materialismo é, provisoriamente, designado como um atravessamento possível, mas não o único¹⁰.

Levando adiante a suposição anterior, a metáfora da *penetração*, por exemplo, está presente no materialismo histórico como uma forma de exposição do atravessamento ideológico. Marx, no texto *O Capital*, ao apresentar o processo de transformação/reprodução da luta de classes, sob a dominância da ideologia burguesa, produz o seguinte gesto de interpretação: “O linho tem exatamente o mesmo aspecto que antes. Nenhuma de suas fibras foi mudada; mas uma nova alma social penetrou-lhe no corpo. Ele constitui agora parte do

¹⁰ O caminho de pesquisa moveu-se na direção da disputa entre o materialismo e o empirismo idealista, no entanto, por vezes, outras concepções teórico-ideológicas vieram a ocupar a reflexão, animando a pensar na possibilidade de várias memórias estarem funcionando nas montagens que realizei.

capital constante dos senhores da manufatura” (1996, p. 366). A apresentação expõe, criticamente, o movimento do real no interior do objeto, a *penetração* aparece aqui representando o atravessamento da ideologia na contradição da relação entre trabalho e salário¹¹.

A prática de leitura que a metáfora faz trabalhar retoma uma memória do saber, dada pela disputa entre *materialismo* e *idealismo*. Esse confronto aparece na interpretação que os sujeitos praticam, materializado nas expressões que apresentam o objeto de conhecimento. O conceito de metáfora, fundamentado em Pêcheux, abre a possibilidade de compreender esse processo. Levando a crer que uma disciplina de interpretação como a Crítica Literária se constitui historicamente, emprestando conceitos já formulados, que fornecem a ela os meios para “se compreender e se fazer compreender”.

O movimento do gesto de interpretação, tomado pela metáfora, organiza a leitura de modo a romper a superfície do objeto (texto), dando partida ao trabalho subterrâneo de buscar outros sentidos que possam emergir da obra estudada. A compreensão que se instaura em certas proposições, como *mergulhar/penetrar*, funciona como uma identificação teórico-ideológica em contraposição às práticas de leitura que não visam a atravessar a superfície dos textos.

Lembrando o que ensina Pêcheux, o sentido de uma expressão, proposição é sempre sócio-historicamente determinado. No caso em estudo, as metáforas de leitura parecem retomar as condições de produção da mudança epistemológica entre o empirismo idealista e o materialismo histórico. *Penetrar/mergulhar* no objeto de estudo acaba por subverter “as regras de ocorrência que regem o discurso anterior” (PÊCHEUX, 2010b, p. 153). A conjuntura histórica e epistemológica do materialismo busca apoio em metáforas que, de certa forma, pela maneira como são formuladas, desqualificam a ideologia com a qual se quer romper, no caso, o idealismo.

O fato mostra que o objeto de uma dada teoria é sempre produzido por metáforas que evidenciam a prática política dessa teoria. O objeto apresentado, por meio de metáforas, produz também o sujeito. Isso porque “o cientista está submetido à memória do seu saber” (ORLANDI, 2012b, p. 139), ele é constituído historicamente, determinado pelas formações discursivas e ideológicas. Essa memória resulta de uma disputa por práticas de interpretação materializadas na língua, determinando os gestos de leitura praticados pelos sujeitos. Desse

¹¹ Essa relação já foi abordada no capítulo 01, para mostrar o atravessamento da história na constituição do sentido. Ver p. 15.

ponto de vista é que trabalha a Análise de Discurso, articulando língua, sujeito e história para compreender o movimento dos sentidos pelas suas filiações discursivas e ideológicas.

O objetivo deste trabalho foi compreender como a metáfora materializa uma política de leitura. Desse estudo, então, pode-se concluir que nas sequências analisadas foi possível observar marcas em torno de uma política de leitura, que atesta a luta ideológica na teoria. De acordo com Orlandi, “ler é fazer um gesto de interpretação configurando esse gesto na política de significação” (2012c, p. 68). Desse processo “podemos concluir que a leitura atesta os modos da materialização do político” (Ibidem, loc. cit.), pelo *tipo de análise* que trabalha, permite produzir determinados sentidos e não outros.

Por fim, vale considerar os limites que o posicionamento estudado leva a constatar. Ao observar que as metáforas produzem um movimento no sentido de atravessar o texto, mergulhando na opacidade para lá do “fundo” encontrar submerso o sentido, é possível inferir que, nessa prática de interpretação, o sentido parece estar ancorado na ilusão de um conteúdo “escondido” na materialidade da linguagem. O esforço de aprofundar o texto encontra-se com a dificuldade insuspeitada de que lá no fundo só existe a ilusão que povoa a falta de sentido. O limite dessa concepção de leitura é constitutivo do próprio processo ideológico no qual ela está inserida. Tal concepção implica na ilusão de um real que estaria submerso no jogo da linguagem.

No momento em que se define um sentido, dado por determinada prática de interpretação (em detrimento de outras), encontra-se a ilusão de um sentido que por conveniência coincidiria com o ponto de vista do gesto que o “descobre”. O sentido, como enfatiza Pêcheux, é movimento constante, a necessidade de colocar uma âncora nele é de quem o interpreta, ou melhor dizendo, da concepção de leitura que o sustenta. A consequência disso está na necessidade de apontar para um “todo”, onde na verdade só há incompletude. Encontrar um sentido que reside lá no fundo parece suspeito de engendrar um sentido sempre lá, aguardando o crítico literário *penetrar* o texto para encontrá-lo. Ao mesmo tempo é precária a análise que, a partir dos efeitos do lado de fora, vise justificar a existência de uma causa profunda para sua realização. É justamente aí que essa proposição fracassa, pois o fora não é o efeito do que está lá no fundo, e sim o funcionamento primeiro, no qual os sentidos desdobram-se produzindo efeitos.

Essa é uma perda inevitável para essa prática de leitura, o que se produz dentro não é diferente do que se move lá fora. Seria muito mais proveitoso analisar o movimento das ondas, na forma como elas produzem efeitos e adensam a trama dos sentidos, do que ficar procurando pedras escondidas no “fundo do lago”. Tudo isso envolve a percepção da

materialidade da língua. A perspectiva teórica na qual este trabalho está filiado considera a materialidade histórica do sentido, não com o objetivo de descobrir nela um discurso escondido, e sim como os sentidos deslizam sobre a superfície linguística para significar. Enfim, é compreender “que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 20).

Essa posição do analista de discurso parece apontar para uma tomada de posição ética e política em relação ao processo de produção do conhecimento. A existência na língua do não-dito, dos implícitos, indica que o sentido sempre pode ser outro. Obviamente é preciso problematizar o efeito de opacidade na linguagem, mas, para Pêcheux, o que interessa na questão do não-dito é que esses elementos “não são mais reconstituíveis” (PÊCHEUX, 2010a, p. 53), não há o que ser “descoberto”, não há um sentido sempre lá cuja análise encontraria o trajeto de leitura. O gesto de apontar o sentido é o que indica o princípio de funcionamento da interpretação, e não o que é apontado. Pêcheux apresenta essa questão retomando um provérbio chinês¹²

“quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo”. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria o seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designados, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações? (PÊCHEUX, 2010a, p. 54-55).

A questão da metáfora, na perspectiva discursiva, entra aí como uma forma de “apontar” um determinado gesto de significação para compreender como ele dá uma forma ao objeto, segundo a posição assumida pelo sujeito em relação às condições de produção da ciência. A metáfora, nesse caso, não possui uma origem, como em outras áreas do conhecimento. Por isso não existe algo a ser descoberto, o que se espera é perceber os mecanismos de produção de uma memória, sem profundidade, sem subterrâneos, e sim com encobrimentos na língua de elementos em movimento na história. Mais especificamente, o conceito discursivo de metáfora, no campo da história das ciências, ajuda a compreender, segundo Orlandi, “a constelação dos processos discursivos com os quais ela debate e se debate” (2013, p. 22). A materialidade de uma determinada maneira de ler está no *tipo de análise* que uma metáfora pratica, determinando na língua a luta entre as diferentes concepções políticas e ideológicas que trabalham com a leitura.

¹² Esse provérbio foi lembrado por Pierre Achard, no texto *Memória e produção discursiva do sentido*, disponível na edição brasileira *Papel da Memória* (2010).

O presente estudo sobre as metáforas de leitura no discurso da Crítica Literária ajuda a compreender que os gestos de interpretação são historicamente constituídos por uma memória sócio-histórica. Para pensar suas potencialidades, e também as suas limitações, este estudo traz uma pequena, mas importante contribuição para pensar as metáforas que a Crítica Literária usa para se (fazer) compreender, e que a relação entre a prática científica e a prática política é indissociável do trabalho de interpretação.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985.

ANTELO, Raul. Antonio Candido, a *hybris* e o híbrido. In: **Antonio Candido y los estudios latinoamericanos**. Pittsburggh: Serie Críticas, 2001.

BARBOSA, Rita de Cassia. **Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

BARTHES, Roland. **A câmera clara: nota sobre a fotografia**. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **Crítica e verdade**. 3. ed. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades - Editora 34, 2002.

CHAGAS, Eduardo F. **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. Revista de Filosofia, v. 38, p. 01-18, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução: Cristina de Campos Velho Birck, Didier Martin, Maria Lucia Meregalli, Maria Regina Borges Osório, Sandra Dias Loguércio e Vicent Leclent. São Carlos: Edufscar, 2009.

DALTOÉ, Andréia da Silva. **As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política**, 2011. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Curso de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

DUBOIS, Jean (Org.). **Dicionário de linguística**. 9. ed. Tradução: Frederico Pessoa de Barros e Gesuída Domenica Ferretti. São Paulo: Cultrix, 1993.

EAGLETON, Terry; BEAUMONT, Matthew. **A tarefa do crítico: diálogos com Terry Eagleton**. Tradução Matheus Corrêa. São Paulo: Unesp, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2008.

FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 2010, p. 159-250.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução: Bethania Mariani. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 2010.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 22. ed. Tradução: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O seminário livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2. ed. Tradução: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. Tradução: Cláudia Pffeifer. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. ed. 3. Campinas: Pontes, 2012. p. 163-173.

LINS, Antônio Eduardo Leitão Navarro. Sobre a modernidade ou como ler um livro. In: **Língua Portuguesa e Literatura**. 2. ed. Curitiba: SEED-PR, 2007. p. 89-100.

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

ORLANDI, Eni P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: **Revista Rua**, Campinas, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995.

_____. **Discurso e leitura**. 3. ed. Campinas: Editora Cortez, 1996.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicampi, 2007.

_____. **A contrapelo**: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade. *Revista Rua*, Campinas, São Paulo, v. 2, n. 16, p. 05-17, 2010.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012b.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

_____. Análise de discurso, ciência e atualidade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L.; MITTMANN, Solange. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Unicamp, 1994. p.55-65.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. Tradução de: José Horta Nunes. **Papel da Memória**. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010a. p. 49-57.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de: Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Unicamp, 2010b. p. 59-158.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. ed. 6. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2012a.

_____. Metáfora e interdiscurso. Tradução: Eni P. Orlandi. In: **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. ed. 3. Campinas: Pontes, 2012b. p. 151-161.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. ed. 2. Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Exercícios críticos**: leituras do contemporâneo. Chapecó: Argos, 2008.

_____. **Crítica literária**: em busca do tempo perdido? Chapecó: Argos, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 27. ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. Org. Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.